



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

LUCICLEITON FERREIRA DA SILVA

**PIANCÓ NA PASSAGEM DA COLUNA PRESTES (1926): DISPUTAS NA
HISTORIOGRAFIA**

João Pessoa

2025

LUCICLEITON FERREIRA DA SILVA

**PIANCÓ NA PASSAGEM DA COLUNA PRESTES (1926): DISPUTAS NA
HISTORIOGRAFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso
História, do Centro de Humanas, Letras e Artes da
Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial
para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientador(a): Martinho Guedes dos Santos Neto

João Pessoa

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586p Silva, Lucicleiton Ferreira da.

Piancó na passagem da coluna Prestes (1926) :
disputas na historiografia / Lucicleiton Ferreira da
Silva. - João Pessoa, 2025.

54 f. : il.

Orientador : Martinho Guedes dos Santos Neto.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2025.

1. Coluna Prestes. 2. Piancó. 3. Historiografia. I.
Santos Neto, Martinho Guedes dos. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 930

LUCICLEITON FERREIRA DA SILVA

**PIANCÓ NA PASSAGEM DA COLUNA PRESTES (1926): DISPUTAS NA
HISTORIOGRAFIA**

**Monografia apresentada ao Departamento de
História do Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito para obtenção do título de Graduação em
Licenciatura plena em História**

Orientador(a): Martinho Guedes dos Santos Neto

BANCA EXAMINADORA

Nota:
Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto (Orientador)
Departamento de História (DH) – UFPB

Nota:
Prof^ª. Dr^a. Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Departamento de História (DH) – UFPB

Nota:
Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Departamento de História (DH) – UFPB

“Por mais que se tente exaurir as interpretações acerca da passagem da Coluna Prestes em Piancó, não conseguirá o analista e estudioso do tema, tamanha é a quantidade de informações que as fontes registram.”

(Rúbia Cavalcanti, 2004)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, nosso senhor, que me sustentou durante toda a minha vida e em especial durante a graduação, na qual enfrentei muitas dificuldades, mas consegui finalizar por meio da força divina e do apoio de pessoas abençoadas pela graça.

Nesse mundo, agradeço primeiro as pessoas que habitam o íntimo de meu coração, leia-se: a minha mãe Edivânia Pereira, meu pai Luiz Ferreira que apesar de todas as dificuldades me sustentaram durante toda a minha vida, me ensinaram o caminho da educação, me incentivaram em todos os meus passos, celebraram comigo minhas conquistas e que a duras penas me possibilitaram estudar na capital paraibana, longe dos meus rincões sertanejos que tanto fazem falta...

A meus irmãos Andressa Layane e Valtemir Paulo pela companhia na infância e por todos os bons momentos que compartilhamos juntos. Do mesmo modo, a minha amada noiva, Clarissa Carneiro, que compartilhou comigo as tristezas e as felicidades da vida acadêmica e que através do seu companheirismo se fez presente em todos os momentos importantes da minha vida, nesses quatro anos em que compartilhamos o coração.

Além dos que compartilho o coração, agradeço aos amigos que se fizeram presentes durante esse tempo, a Antony Cruz, que foi para mim como um irmão, dentro e fora da Universidade e me ajudou em alguns dos momentos mais difíceis que passei.

Ao grande medievalista Marcio Vinicius que suportou meus desabafos e dificuldades com essa pesquisa em tantos jantares no RU e que me incentivou a continuar.

A Clara Beatriz, conhecedora do tema aqui trabalhado e que contribuiu diretamente para essa pesquisa através das conversas e ideias de projetos que discutimos tantas vezes.

Ao amigo, conterrâneo, Vitor Juvino que além de sua amizade, contribuiu para esse projeto com seu apoio e com indicações de obras importantes..

Além destes, agradeço aos muitos amigos que me apoiaram e contribuíram para a realização desse trabalho, de diversas maneiras, como Fábio Gouveia, João Alexandre, Elisson Pessoa, Ana Carolina, Larissa etc. Não conseguiria citar todos aqui, mas agradeço imensamente aos que me ajudaram, pois esse trabalho é fruto de uma extensa rede de apoio e amizade.

No sertão, no meu querido Piancó, agradeço aos amigos Michelly, Daniel e Ismael pelas muitas noites de conversa jogada fora, debaixo desse céu estrelado que só nosso sertão

possui. Assim como, ao amigo Edvaldo Caldas que me recebeu com carinho e ajudou imensamente com a obtenção de fontes para esse projeto e futuras pesquisas. Ainda no Piancó, agradeço a toda a família da minha noiva pela hospitalidade, carinho e pelos bolos de caco, tão gostosos, que só dona Casilda consegue fazer.

Agradeço também aos meus amigos de intercâmbio, quase canadenses, João Carlos, Francerlan e Daniel que mesmo com a distancia, já em terras brasileiras, me fizeram companhia em muitas chamadas de voz e discussões calorosas nas altas noites de meu Deus.

Ainda no vale do Piancó, em Ibiara, terra de minha tenra mocidade, agradeço aos meus grandes amigos Lucas e Matheus, pelas agradáveis tardes de conversas nas calçadas quentes do meio dia e pelas longas noites de missa que tanto nos agradavam, como bons coroinhas que éramos.

Ainda, agradeço aos meus companheiros da escola Padre Manoel Otaviano: Ramon, Thiago, Roberto, Ismael e Gabriel, com os quais compartilhei momentos inesquecíveis no Ensino Médio, amigos esses que sempre me apoiaram e que, apesar da distância, sempre estiveram presentes nas inúmeras jogatinas online, noite adentro, as quais nos dedicamos com tanto afinho competitivo.

Ao meu orientador, Professor Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto, que aceitou prontamente me orientar e que através da sua competência como historiador e professor me manteve na direção certa durante toda a elaboração desse trabalho, sempre me tratando com paciência e carinho. Agradeço pelos ensinamentos e resalto que o senhor é uma das minhas maiores inspirações como professor e historiador.

Agradeço também ao Professor Dr. Guilherme Queiroz de Souza pelos conselhos e direções que me deu durante os projetos aos quais realizei sob sua orientação, sem dúvidas você é um dos melhores professores que conheço e uma grande inspiração para mim.

Agradeço igualmente a todos os professores do departamento de História da Universidade Federal da Paraíba que fizeram parte da minha formação.

Não posso esquecer de agradecer também ao Auxílio Moradia e o Restaurante Universitário, bolsas essas que permitiram me dedicar integralmente a vida universitária e que, sem dúvidas, tornaram minha formação infinitamente mais frutífera.

Por fim, agradeço a mim mesmo, por todo o esforço que dediquei nos estudos e em superar os mais diversos problemas que lotaram meu caminho durante esses anos de graduação. Ao fim, sou grato, pois o senhor me amou primeiro.

RESUMO

A passagem da Coluna Prestes pela cidade de Piancó, em 1926, foi um episódio muito marcante na história da Paraíba e permanece até hoje como um campo de disputa. O presente trabalho busca compreender esse acontecimento a partir da análise do contexto político estadual e local, bem como das diferentes interpretações produzidas sobre ele. Nesse sentido, a pesquisa enfatiza a importância da Coluna como movimento tenentista de alcance nacional, liderado por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, que questionava a ordem oligárquica vigente, mas que ao chegar ao sertão paraibano encontrou resistências importantes, especialmente pela atuação do padre Aristides Ferreira da Cruz como “defensor” de Piancó. Assim, o estudo dialoga com diferentes leituras historiográficas como as obras de Cavalcanti (2004) e Prestes (2006), demonstrando que as narrativas em torno da morte do padre Aristides e da presença da Coluna em Piancó foram moldadas tanto por disputas ideológicas quanto por interesses políticos regionais. Portanto, mais do que apenas discutir os fatos, este trabalho problematiza como a historiografia construiu versões diversas sobre o acontecimento, revelando que a passagem Coluna Prestes em Piancó deve ser entendida não só como um confronto armado, mas como um fenômeno político, social e simbólico que se mantém vivo na memória e na identidade da cidade e que merece estudos mais profundos.

Palavras chaves: Coluna Prestes; Piancó; Historiografia

ABSTRACT

The passage of the Prestes Column through the city of Piancó in 1926 was a very significant episode in the history of Paraíba and remains a subject of controversy to this day. This study seeks to understand this event by analyzing the state and local political context, as well as the different interpretations produced about it. In this sense, the research emphasizes the importance of the Column as a nationwide tenentista movement, led by Luís Carlos Prestes and Miguel Costa, which questioned the prevailing oligarchic order but encountered significant resistance upon arriving in the hinterlands of Paraíba, especially due to the actions of Father Aristides Ferreira da Cruz as the “defender” of Piancó. Thus, the study dialogues with different historiographical readings, such as the works of Cavalcanti (2004) and Prestes (2006), demonstrating that the narratives surrounding the death of Father Aristides and the presence of the Column in Piancó were shaped both by ideological disputes and regional political interests. Therefore, rather than simply discussing the facts, this work questions how historiography has constructed different versions of the event, revealing that the passage of the Prestes Column through Piancó should be understood not only as an armed confrontation, but as a political, social, and symbolic phenomenon that remains alive in the memory and identity of the city and deserves further study.

Keywords: Prestes Column; Piancó; Historiography

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O SURGIMENTO DA COLUNA PRESTES	12
1.1 Os líderes tenentistas	12
1.2 A Coluna Prestes	16
2. A POLÍTICA NA PARAÍBA E NO PIANCÓ	19
2.1 O “epitacismo”	19
2.2 A política no Piancó	24
2.3 O padre Aristídes	28
3. A COLUNA PRESTES - DA CIDADE DA PARAHYBA AO PIANCÓ	32
3.1 A conspiração na capital	32
3.2 Porque Aristides resistiu a passagem da Coluna Prestes?	37
3.3 A historiografia como espaço de disputa	40
3.4 A bandeira branca	43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

A cidade de Piancó, localizada no sertão da Paraíba, carrega em sua história um dos episódios mais marcantes da década de 1920 na Paraíba: a passagem da Coluna Prestes e a morte do Padre Aristides. A marcha desse movimento revolucionário liderado por Luís Carlos Prestes atravessou o sertão nordestino, deixando destruições materiais, mortes e simbolismos interessantes no imaginário da população.

Em Piancó, o episódio ficou particularmente conhecido pela morte do padre Aristides Ferreira da Cruz, a figura principal da vida política e religiosa da cidade na época, então correligionário apoiado por Eptácio Pessoa. Foi a violência desse acontecimento na cidade, associada a morte brutal desse sacerdote que gerou repercussões tão grandes que se enraizaram em um verdadeiro imaginário popular que perdura até os dias atuais na cidade e nos piancoenses.

Outrossim, todo o contexto político e social que envolvem esse acontecimento são de extrema importância para entendê-lo, assim como, para entender a realidade paraibana naquele momento. Esse período, marcado pelo auge do coronelismo e pelas políticas de parentela familiar, revela mazelas antigas que foram peça central em todo desenrolar da passagem da Coluna Prestes pelo estado da Paraíba e pela cidade de Piancó.

Para isso, buscamos entender o processo de formação e marcha da Coluna Prestes pelo país e pela Paraíba, até chegar em Piancó, bem como o contexto político e social da Paraíba e de Piancó quando da passagem da Coluna Prestes na cidade, afim de dispor de uma visão mais clara e objetiva desse acontecimento.

Por fim, esse trabalho se propõe a analisar as diferentes abordagens desenvolvidas pela historiografia existente a respeito do tema, o qual, compreendemos como um verdadeiro campo de disputa interpretativa entre os autores que trabalharam com o tema, pois, a passagem da Coluna Prestes pelo sertão paraibano, a morte do Padre Aristides e os desdobramentos políticos e sociais decorrentes desses eventos têm sido objeto de interpretações e divergências, frequentemente marcadas por disputas ideológicas, disputas narrativas e contradições entre os estudiosos que se dedicam ao assunto.

Dessa forma, ao analisar essas diferentes leituras, nosso objetivo é problematizar as perspectivas construídas por diversos autores, confrontando suas interpretações e evidenciando os limites e contribuições de cada uma para o tema em questão. Com isso,

buscamos desenvolver uma abordagem mais crítica sobre os acontecimentos ocorridos em Piencó, compreendendo não apenas os fatos objetivos, mas como esses acontecimentos influenciaram e influenciam diretamente o imaginário dos moradores de Piencó.

1. O SURGIMENTO DA COLUNA PRESTES

1.1 Os líderes tenentistas

Luiz Carlos Prestes¹, foi um dos principais líderes dos movimentos tenentistas e sem dúvidas uma das figuras mais emblemáticas da história política do Brasil, não só na década de 1920, mas no decorrer das várias transformações políticas pelas quais o país passou. Sua trajetória, marcada pelo envolvimento no movimento tenentista e principalmente pela liderança da Coluna Prestes, foi profundamente influenciada por suas experiências pessoais, sua formação militar e a conjuntura política do Brasil no início do século XX. Por esse motivo, é importante refletir sobre sua atuação para compreender com que objetivo ele se junta a Coluna e passa a liderá-la.

Prestes, era filho de uma família de classe média, seu pai, Antonio Pereira Prestes, era militar e sua mãe, Leocádia Felizardo Prestes, desempenhou um papel crucial em sua formação intelectual. Após a morte precoce do pai, a família de Prestes enfrentou dificuldades financeiras, o que não o impediu de estudar. Ele ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1916, onde se destacou como um ótimo aluno. Em 1919, formou-se como oficial de engenharia, uma área valorizada, que na época, era considerada de grande prestígio e crucial para as operações militares.

Como jovem oficial, Prestes, rapidamente, subiu na hierarquia devido a suas habilidades como engenheiro-militar. No entanto, ele também começou a desenvolver uma consciência política e social, influenciada pelas condições sociais e econômicas precárias que observava tanto na sociedade quando nas classes mais baixas do exército. Nesse sentido, seu descontentamento com o sistema oligárquico² e as injustiças sociais foi amadurecendo à medida que testemunhava a desigualdade e a corrupção nas instituições brasileiras, segundo sua filha.

¹ Luiz Carlos Prestes foi um importante líder político e militar brasileiro que nasceu em 1898 e se destacou especialmente durante a Revolução de 1930 no Brasil, ele liderou a Coluna Prestes, foi uma figura central na Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente de esquerda que dizia lutar contra o autoritarismo e o domínio oligárquico no Brasil. Anos depois foi membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e passou a defender ideias socialistas e comunistas.

² O sistema oligárquico foi a engrenagem republicana montada a partir de 1894 para garantir a governabilidade da recém nascida República brasileira (1889) e durou até a Revolução de 1930. Foi um período marcado pelo domínio das oligarquias regionais agrárias, pelos chamados coronéis, pela alternância no poder central entre São Paulo e Minas Gerais (República do Café com Leite) e por eleições marcadas por fraudes, além da exclusão social.

A vida militar de Prestes foi muito curta, estendendo-se apenas de 1920 a 1924. Em fins de 1922 já havia atingido, por merecimento, a patente de capitão de engenheiros do Exército. Sua carreira militar esteve marcada por várias manifestações de protesto contra as irregularidades por ele observadas nas unidades onde serviu, primeiro no Rio de Janeiro, depois no Rio Grande do Sul. Por duas vezes solicitou demissão do Exército, a última às vésperas de levantar-se contra o governo Arthur Bernardes, visando criar a impressão de que abandonara definitivamente as Forças Armadas, o que viria a facilitar sua participação na conspiração dos “tenentes” (PRESTES, 2006, p.12).

Foi com esse sentimento, descrito por Anita Prestes, que o movimento tenentista emergiu, representando uma insurreição contra o sistema oligárquico e a falta de representação política de então. Para muitos jovens oficiais, assim como Prestes, o sistema político vigente era incapaz de promover reformas sociais e políticas necessárias para modernizar o país.

A Revolta dos 18 do Forte, em 1922, foi a primeira grande manifestação desse descontentamento, mas é importante destacar que embora Prestes não tenha participado diretamente dessa insurreição, ela marcou profundamente sua visão política e sua decisão de se engajar no movimento.

Já em 1924, o movimento tenentista ganhou força em São Paulo, na qual Prestes teve um papel mais ativo. Nesse momento, as forças tenentistas, insatisfeitas com a repressão do governo, tomaram a cidade de São Paulo, exigindo reformas políticas e a derrubada do governo federal. Embora o movimento tenha sido inicialmente bem-sucedido, ele foi rapidamente reprimido pelas forças leais ao governo, forçando os tenentes a se retirarem e iniciarem uma longa jornada de guerrilha que culminaria na formação da Coluna Prestes.

Sendo assim, após a repressão da Revolução de 1924, os tenentes que sobreviveram decidiram organizar uma marcha pelo interior do Brasil, conhecida posteriormente como a Coluna Prestes. O objetivo dessa marcha era difundir as ideias revolucionárias e atrair o apoio popular para uma nova insurreição contra o governo. Prestes, pela sua formação técnica e seu carisma, foi escolhido para liderar o movimento, recebendo a liderança de um grande regimento que outrora era liderado por Miguel Costa³.

³ Miguel Costa foi um militar brasileiro, nascido em uma família de imigrantes da Catalunha, Espanha, de onde se mudou para o Brasil quando criança. Aos quinze anos, ingressou na Força Pública de São Paulo, alcançando a patente de major fiscal do Regimento de Cavalaria em 1922. Costa desempenhou um papel fundamental na Revolta Paulista de 1924, com isso ele foi promovido a major e designado comandante do Regimento de Cavalaria da Força Pública. Miguel Costa também desempenhou um papel significativo na Coluna Prestes, ele foi um dos comandantes ao lado de Luís Carlos Prestes.

Sob seu comando, a Coluna Prestes percorreu mais de 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil, entre 1924 e 1927, enfrentando combates constante das forças governamentais legalistas. A Coluna se destacou pela sua mobilidade, estratégia militar, utilizando-se da “Guerra de Movimento”, estratégia militar caracterizada pela alta mobilidade, táticas de guerrilha e pela tentativa de evitar confrontos diretos, bem diferente das estratégias empregadas pelos exércitos convencionais.

A liderança de Prestes durante essa marcha lhe conferiu grande prestígio entre os revolucionários e parte da população civil. Para alguns ele se tornou um símbolo da resistência contra a opressão oligárquica e da luta por reformas sociais e políticas. Alguns argumentam que embora a Coluna não tenha conseguido derrubar o governo, ela desempenhou um papel fundamental na conscientização política de grandes regiões do Brasil e na preparação do terreno para as mudanças que ocorreriam nas décadas seguintes.

De fato, em determinadas regiões do país, a passagem da Coluna Prestes foi interpretada de forma positiva, sendo lembrada como um marco de resistência e de inspiração para transformações políticas e sociais que ganhariam força em movimentos futuros. No entanto, essa percepção não se estendeu de maneira uniforme por todo o território nacional.

No Nordeste, em particular, a Coluna foi amplamente rejeitada por grande parte da população. Em muitos estados, os revoltosos foram vistos com desconfiança e hostilidade, seja por uma incompreensão dos ideais que sustentavam sua marcha, seja pela força da propaganda disseminada pelas autoridades legalistas, que buscavam retratá-los como bandidos e subversivos.

Além disso, vale citar as ações concretas dos integrantes da Coluna como parte do motivo pelo qual eles não eram bem vistos em certas localidades, pois, em várias ocasiões, sua passagem envolveu saques, destruição de bens públicos e privados, além de execuções brutais, que também contribuíram para formar uma imagem negativa do movimento entre muitos habitantes das regiões atravessadas.

Esse contraste de percepções revela não apenas a complexidade da percepção histórica da Coluna Prestes para as populações locais que perdura até os dias atuais, mas também a diversidade de experiências e memórias locais que compõem o imaginário das populações sobre esse movimento e sobre os combates que decorreram de sua passagem em certas localidades, como ocorreu na vila de Piancó na Paraíba.

Outrossim, mais um líder importante nesses movimentos foi Miguel Costa, assim como Luiz Carlos Prestes, ele desempenhou um papel central na formação e liderança da Coluna Prestes. Costa também teve uma trajetória militar e pessoal que o levou a se envolver no movimento tenentista e nas lutas políticas da década de 1920.

Porém, Diferentemente de Prestes, Costa veio de uma origem bem mais humilde, sendo filho de imigrantes espanhóis. Dessa forma, sua carreira militar começou cedo, porém, ele se destacou rapidamente por suas habilidades como oficial e por seu compromisso com a corporação. Tanto que, nos anos que precederam a Revolução de 1924, Costa já havia se tornado um oficial bastante respeitado dentro do exército, principalmente no comando da Força Pública de São Paulo, que era uma força militar estadual que tinha uma função de segurança interna no estado. Sendo assim, é certo que sua experiência em operações de repressão de revoltas urbanas e controle da ordem pública lhe deu uma perspectiva diferenciada sobre as revoltas tenentistas. Além disso, por fazer parte dessa corporação, ele testemunhou, em primeira mão, as tensões entre o governo federal e as populações urbanas e rurais, bem como as dificuldades enfrentadas pelos oficiais militares que, muitas vezes, eram forçados a intervir em conflitos causados pela má administração do Estado.

Foi nesse contexto de descontentamento que Miguel Costa passou a fazer parte da “conspiração dos tenentes”, tornando-se uma figura central na Revolução de 1924, especialmente no comando das forças tenentistas que tomaram a cidade de São Paulo. Durante esse fato, como líder militar, ele organizou e comandou as operações que resultaram na ocupação temporária da cidade, porém, embora tenha sido forçado a recuar diante da repressão federal foi durante essa insurreição que ele se aliou a outros líderes tenentistas, incluindo Prestes.

Sua aliança com Prestes não foi apenas estratégica, mas naturalmente ideológica, pois, ambos compartilhavam a crença de que o sistema oligárquico precisava ser derrubado para que o Brasil pudesse avançar socialmente e politicamente. Após a repressão da Revolução de 1924, Miguel Costa se juntou a Luiz Carlos Prestes na formação da Coluna. A união desses dois líderes foi essencial para a sobrevivência do movimento, pois apesar do carisma e liderança de Prestes, a experiência militar de Costa sempre se mostrou necessária para evitar as forças legalistas.

Nesse sentido, a Coluna, sob a liderança de Prestes e Costa, foi uma marcha militar e política, que buscava ganhar o apoio da população, explicando os objetivos da revolução e

denunciando o governo oligárquico, o que tentaram fazer, também, em sua campanha na Paraíba.

1.2 A Coluna Prestes

Liderada por Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa, a Coluna Prestes, também conhecida como Coluna Miguel Costa-Prestes, foi uma marcha militar que percorreu o interior do Brasil entre 1924 e 1927. Esse movimento desafiou diretamente o governo central, que era controlado por elites oligárquicas, e buscava mobilizar a população para se revoltar contra o regime da Primeira República.

Sendo assim, esse movimento tenentista surgiu no contexto de uma série de crises políticas e sociais que atingiram o Brasil nas primeiras décadas do século XX. Essa insatisfação generalizada com o domínio oligárquico e a corrupção desse sistema resultaram em uma série de levantes militares, começando com a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, e culminando na formação da Coluna Prestes. Porém, diferente de revoltas anteriores, muitas das quais eram localizadas e rapidamente sufocadas pelo governo, a Coluna Prestes distinguiu-se por sua longevidade e extensão geográfica, permanecendo na ativa por quase três anos e atravessando vastas regiões do território brasileiro.

Segundo Rafael Policeno, a Coluna Prestes foi a "expressão final e mais importante do denominado 'tenentismo'" (SOUZA, 2010, p.82). Isso porque, ela representou o ponto culminante de uma série de tentativas dos tenentes de promover mudanças radicais no sistema político da época.

Enquanto revoltas anteriores, como a de 1922 e a Revolução Paulista de 1924, foram manifestações de curta duração, a Coluna Prestes consolidou a visão tenentista de que era necessário persistir e buscar uma base popular mais ampla para sustentar a luta contra o regime oligárquico. Esse movimento era composto por militares de patentes inferiores, oficiais subalternos descontentes com a hierarquia e com a corrupção nas Forças Armadas, e também por civis que compartilhavam a insatisfação com as condições políticas e sociais do Brasil.

O movimento agregou uma grande diversidade de pessoas: pequenos proprietários rurais, trabalhadores urbanos, estudantes etc, formando um exército bem diverso em termos sociais e geográficos. Essa ampla composição, para alguns, pode refletir uma dimensão mais

popular do movimento, que, em muitos momentos, dialogava diretamente com as necessidades de justiça social e reforma agrária que cresciam entre as classes subalternas em várias partes do país.

Ainda que nunca tenha conseguido mobilizar um apoio massivo da população, especialmente no que tange às elites urbanas, para alguns, a Coluna tornou-se um símbolo da resistência contra as injustiças sociais e políticas que marcavam o período. Por muito tempo, a Coluna foi vista como um “exército errante” que, embora não tenha conseguido uma vitória militar ou política clara, expôs de maneira contundente as contradições da Primeira República e acendeu um debate sobre a necessidade de reformas estruturais, que de fato vieram a ocorrer posteriormente.

Assim, a marcha da Coluna Prestes teve início no sul do Brasil, mais precisamente no Rio Grande do Sul, e percorreu uma vasta extensão do território nacional, incluindo as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Sobre isso, a escolha de atravessar o interior do Brasil não foi aleatória, pois, Prestes e Costa sabiam que o campo era menos controlado pelas forças governamentais e permitia que a Coluna se movimentasse com mais liberdade, evitando o cerco direto das forças legalistas. Essa estratégia de guerrilha móvel permitiu que o movimento continuasse por anos, desafiando as tentativas de repressão pelas forças do governo federal, segundo Anita Prestes.

Ao adotar a tática da “guerra de movimento”, a Coluna Prestes garantiu a própria sobrevivência em condições que lhe eram extremamente desfavoráveis. E, mais, transformou-se num exército com características populares. Paralelamente, forjou um novo tipo de combatente, de soldado da liberdade, que se batia por um ideal, e também formou líderes de envergadura que vieram a influir decisivamente nos acontecimentos posteriores (PRESTES, 2006, p.24).

Essa característica itinerante da Coluna deu ao movimento um caráter quase mitológico, na medida em que se difundiam pelo imaginário do país histórias sobre os combatentes, suas dificuldades e as lutas que enfrentavam contra as forças governamentais.

Sendo assim, a escolha da Coluna Prestes por atravessar regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos não foi apenas uma medida de evasão às forças legalistas, mas também uma estratégia complexa, pois, ao atrair a força repressiva do governo para os sertões, os líderes da Coluna diminuía temporariamente a presença militar nas capitais, facilitando eventuais levantes urbanos (como afirmou o próprio Prestes em entrevista disponível no Arquivo Nacional), como se tentou, inclusive, na capital paraibana.

Além disso, a travessia por áreas interioranas permitia um contato direto com populações mais marginalizadas e carentes. No entanto, a tentativa de difundir os ideais do movimento entre esses grupos sociais esbarrou em um obstáculo importante: o baixo nível de politização da maioria dessas comunidades, que muitas vezes não compreendia plenamente os objetivos da Coluna, o que limitava o alcance político e simbólico de sua marcha.

José Américo de Almeida, famoso político e escritor paraibano, concorda com esse ponto de vista quando ressalta, em sua entrevista disponível no livro “O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida” que:

A Coluna Prestes fez a mesma coisa: invadiu o Sertão, que dava a impressão, por causa das secas, de ser povoado por uma massa revoltada, descontente. Mas essa massa não estava politizada, não tinha a menor idéia do que representava aquele movimento (CAMARGO, 1984, p.109).

Essa falta de politização das populações as quais a Coluna teve contato, sem dúvidas, vai ser um dos motivos pelos quais os revoltosos passam a ser muito mal vistos por boa parte das populações interioranas, em especial, no Nordeste.

Em sua marcha pelos sertões, a Coluna enfrentou batalhas constantes contra as tropas leais ao governo, o que gerou um número considerável de baixas tanto do lado rebelde quanto das forças do Estado. No entanto, a principal estratégia de Luiz Carlos Prestes era evitar confrontos diretos que pudessem dizimar seus homens. Ao invés de buscar vitórias militares claras, Prestes focava em manter a mobilidade e o desgaste das tropas inimigas. Ele acreditava que o objetivo maior da Coluna não era a ocupação de territórios, mas sim a propagação de uma mensagem política que questionava a legitimidade do governo e promovia a ideia de que uma revolução social era possível e necessária, com certo foco sempre nas populações das capitais, buscando realizar levantes contra os governos estaduais.

Ao longo da marcha, a Coluna enfrentou grandes dificuldades, como a falta de suprimentos, doenças, clima hostil e a constante perseguição das forças federais. Contudo, sua capacidade de adaptação foi grande. O movimento demonstrou boa resiliência, mesmo em face de condições difíceis. Prestes e Costa, com sua experiência militar e estratégica, conseguiram manter a integridade da Coluna durante três anos de marcha incessante sem apoios governamentais, o que, por si só, foi um feito inédito na história das insurreições militares brasileiras.

O impacto foi considerável. Internamente, a marcha expôs as fragilidades do governo e a insatisfação de muitos setores da sociedade brasileira com o domínio das oligarquias

regionais. Ela também contribuiu para o desgaste do sistema político, que culminaria em sua derrocada na Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas ascenderia ao poder.

Externamente, a Coluna Prestes atraiu atenção internacional, especialmente no contexto de efervescência de movimentos revolucionários e socialistas pelo mundo. Pois, a década de 1920 foi marcada por grandes transformações globais, como a Revolução Russa de 1917, inspirando movimentos de esquerda em várias partes do mundo. Embora não fosse diretamente socialista naquele momento, a Coluna já mostrava sinais de uma busca por transformações profundas na estrutura de poder. Essa conexão com movimentos globais de mudança fez com que a marcha no Brasil ganhasse uma relevância que trespassava suas fronteiras.

Mesmo que a Coluna Prestes tenha se desfeito em 1927 sem atingir seu objetivo de derrubar o governo, seu legado foi bastante expressivo, uma vez que, a marcha representou um exemplo de resistência e luta contra o domínio oligárquico. Luiz Carlos Prestes, por exemplo, após o fim da Coluna, continuaria sua trajetória política, tornando-se um importante líder comunista no Brasil e uma figura central na resistência ao regime militar.

A Coluna Prestes, foi de grande importância para a transformação do cenário político brasileiro, regando as sementes de reformas que se desdobraram ao longo das décadas seguintes, porém, além das questões políticas, a Coluna Prestes também influenciou o imaginário de alguns locais por onde ela passou, um desses locais, sem dúvidas, foi a Paraíba.

2. A POLÍTICA NA PARAÍBA E NO PIANCÓ

2.1 O “epitacismo”

Em certas áreas do país, a influência da passagem da Coluna foi mais acentuada do que em outras, devido aos diversos graus de conflito presentes em cada região, durante a campanha da Coluna Prestes. Um exemplo notável disso é a Paraíba, onde a passagem da coluna deixou uma impressão bastante negativa, caracterizada por um elevado número de mortes e uma memória sombria entre os habitantes locais, especialmente na cidade de Piancó, onde um líder político e religioso, conhecido como padre Aristίδes Ferreira da Cruz, foi morto ao resistir à passagem da Coluna na cidade. Portanto, para compreender melhor o impacto da

passagem da Coluna Prestes na Paraíba, é essencial contextualizar o cenário político regional durante os anos 1920.

A década de 1920 na política paraibana foi caracterizada por um grande controle político exercido por Epitácio Pessoa, um dos principais expoentes da elite oligárquica brasileira durante a Primeira República (1889-1930). Nesse sentido, o grupo político conhecido como "epitacismo"⁴, que foi o nome dado ao grupo político gerenciado por Epitácio Pessoa, foi importante na reconfiguração das alianças políticas regionais e na centralização do poder estatal pelo Partido Republicano da Paraíba (PRP)⁵. O contexto histórico que antecedeu essa dominação remonta ao declínio do "alvarismo"⁶ e à fragmentação do PRP em 1916, o que abriu espaço para a ascensão de Epitácio como líder hegemônico no estado.

A partir de sua reestruturação, o PRP tornou-se um instrumento de controle político de Epitácio Pessoa, cujo objetivo era assegurar a lealdade dos líderes municipais e estaduais. O estatuto partidário reformulado e algumas Leis Orgânicas do estado ilustram a visão centralizadora que Epitácio Pessoa implementou com a liderança do partido, como destaca a historiadora Inês Caminha:

Art. 2º — Cada município elegerá, pelo processo que se estabelecer, um delegado à convenção. Os delegados serão ao mesmo tempo os diretores políticos municipais.

Art. 12 — Os chefes locais se dirigirão diretamente ao Presidente do Estado sobre todas as pretensões de caráter administrativo estadual, e à Comissão Executiva sobre as de caráter federal e político. (RODRIGUES, 1989, p.201-203)

Estas leis, promulgadas com o objetivo de garantir a subserviência dos delegados municipais (chefes políticos), estruturavam uma hierarquia rígida em que os chefes locais, tinham bastante poder em suas respectivas localidades, mas eram obrigados a buscar aprovação direta do governo estadual para qualquer decisão administrativa de relevância.

⁴ O epitacismo foi um grupo político liderado por Epitácio Pessoa, um dos mais influentes representantes da elite oligárquica brasileira durante a Primeira República. Esse grupo político se consolidou na década de 1910, na Paraíba, onde Epitácio exerceu controle quase hegemônico por meio do Partido Republicano da Paraíba (PRP).

⁵ O Partido Republicano da Paraíba (PRP) foi reorganizado na década de 1920 sob a liderança de Epitácio Pessoa. O partido garantiu a hegemonia estadual ao consolidar alianças e assegurar a fidelidade de líderes locais. Essa estrutura fortaleceu a influência de Pessoa no cenário político regional e nacional.

⁶ O "alvarismo" foi um fenômeno da política paraibana que surgiu a partir da figura de Álvaro Lopes Machado, este, foi uma peça central na política paraibana, ele foi governador da Paraíba e ficou conhecido por liderar a oligarquia paraibana durante os primeiros anos da República do Brasil, esse período de liderança de Machado frente a oligarquia paraibana ficou conhecido como "alvarismo". Durante seu governo, ele fundou o Partido Republicano da Paraíba, passou a chefiar o partido e promulgou uma nova constituição estadual. O alvarismo chegou ao fim com a morte inesperada de Álvaro Machado em 1912, aos 54 anos, o que deu espaço para o surgimento de uma nova liderança oligárquica, encabeçada pela família Pessoa.

Como exemplificado no Artigo 2º, no qual dizia que os delegados municipais eram designados como diretores políticos, assegurando que a influência epitacista permeasse todos os níveis de governança municipal. O Artigo 12º, por sua vez, destacava a necessidade de os chefes locais consultarem o Presidente do Estado em suas decisões, reforçando a concentração do poder e o enfraquecimento de certas oligarquias regionais previamente estabelecidas.

O impacto dessas medidas foi significativo, pois, as decisões políticas eram coordenadas e centralizadas, deixando assim pouca margem para dissidência (o que ainda assim aconteceu, porém, em raras ocasiões). Essa estrutura rígida garantiu que Eptácio controlasse diretamente as nomeações políticas, perpetuando o poder do epitacismo mesmo durante os períodos em que ele não ocupava oficialmente cargos políticos.

Apesar da força e alcance da rede epitacista, o domínio de Eptácio Pessoa não foi inquestionável. A administração de Camilo de Holanda⁷ (1916-1920) como presidente do estado, por exemplo, destacou-se como um dos exemplos mais claros das tensões internas que o epitacismo enfrentou. Holanda foi escolhido como candidato precisamente porque Eptácio e seus aliados consideravam que ele seria um aliado obediente, alguém comprometido com a manutenção da autoridade epitacista, como ressaltou a historiadora Inês Caminha:

Camilo de Holanda, por sua docilidade, parecia concordar com a ascendência ilimitada do chefe partidário. Caso fosse eleito, adotaria como um dos seus princípios de governo “não se mover uma palha na Paraíba sem a audiência de Eptácio.” E essa disposição foi um fator decisivo para a sua escolha. (RODRIGUES, 1989, p.211)

Entretanto, uma vez empossado, Holanda começou a se distanciar das diretrizes estabelecidas por Eptácio, adotando decisões autônomas que poderiam enfraquecer a influência do PRP. Essa postura lhe rendeu o rótulo de traidor, tanto por parte de Eptácio quanto de seus seguidores. Sendo assim, após o término de seu mandato, Eptácio ainda concedeu alguns cargos de menor relevância a Holanda, porém, ele nunca mais desfrutou da confiança plena do partido para assumir posições de grande relevância, como a presidência do estado.

O distanciamento entre Camilo de Holanda e Eptácio Pessoa revelou os limites do controle epitacista. Camilo, antes tido como um presidente dócil e submisso, tornou-se um

⁷ Camilo de Holanda foi um político paraibano que governou o estado entre 1916 e 1920, durante a Primeira República. Representante das elites locais, ele se destacou por seu envolvimento em disputas políticas intensas, especialmente contra Eptácio Pessoa, que consolidava sua influência no estado. Seu governo ficou marcado por tensões regionais e pela polarização entre facções políticas da Paraíba.

adversário inesperado, comprometendo a estabilidade das alianças oligárquicas. Este episódio não apenas comprometeu a carreira política de Holanda, rotulado de traidor, mas também reforçou a imagem de Eptácio como um líder implacável que não tolerava desobediência, pois, embora Camilo tenha recebido cargos administrativos menores após seu mandato, sua posição de destaque na política estadual nunca foi restaurada.

É notável como, nesse contexto, a vontade do partido, lê-se a vontade de Eptácio Pessoa, exercia uma influência predominante na política paraibana. Pois, o simples fato de Holanda ter desconsiderado os "conselhos" do partido praticamente encerrou sua carreira política. Dessa forma, a força do Partido Republicano da Paraíba e a influência de Eptácio Pessoa permaneceram evidentes, com poucas decisões importantes sendo tomadas sem seu consentimento.

Outrossim, o controle epitacista também permaneceu evidente na sucessão de presidentes estaduais. Por exemplo, ao final do mandato de Solon de Lucena⁸ (1920-1924), Eptácio teve um papel decisivo na indicação de João Suassuna⁹ (1924-1928) como sucessor, pois, a indicação de João Suassuna para a presidência estadual da Paraíba contou com a insistente defesa de Solon de Lucena, porém encontrou forte resistência tanto por parte das elites locais quanto do próprio Eptácio Pessoa.

A principal razão para esse entrave político foi o fato de Suassuna manter alianças com famílias influentes do alto sertão paraibano, muitas das quais haviam apoiado os alvaristas nas conturbadas eleições de 1915. Entre essas famílias destacava-se o a família dos Leite, com forte presença na região de Piancó, cuja influência política era notória na região, pois, esses conquistavam quase sempre a unanimidade dos votos. Esse vínculo com setores considerados dissidentes pelo grupo epitacista comprometeu a aceitação de Suassuna junto à elite epitacista.

Sendo assim, a indicação de Suassuna não foi bem aceita pelo partido e pelas elites locais, porém, foi assegurada pela autoridade de Eptácio Pessoa que confiou na indicação de

⁸ Sólton Barbosa de Lucena foi um fazendeiro e político brasileiro nascido em Bananeiras na Paraíba em 1877 e falecido em 1926 de forma repentina. Ele veio de uma família influente, sendo sobrinho do barão de Lucena e primo em segundo grau de Eptácio Pessoa, Lucena foi eleito presidente da Paraíba em 1920 com apoio interino de Eptácio e governou o estado de 1920 a 1924, durante esse período ele se demonstrou totalmente leal ao Partido Republicano e a figura de Eptácio.

⁹ João Urbano Pessoa de Vasconcelos Suassuna foi um advogado e político, nasceu em Catolé do Rocha em 1886 e morreu no Rio de Janeiro em 1930. Estudou na Faculdade de Direito de Recife e é pai do renomado escritor Ariano Suassuna. Sua carreira política destacou-se no início dos anos 1920, quando foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano da Paraíba, cargo que ocupava quando também assumiu a presidência da Paraíba em 1924. Ele criou intrigas contra João Pessoa, seu sucessor como presidente do estado, há possibilidade de que seu assassinato em 1930 esteja ligado a essa inimizade política com os apoiadores de João Pessoa.

Solon de Lucena, o que destaca, novamente, o poder de Eptácio em influenciar decisões políticas nacionais, como a aceitação de Suassuna pelo governo de Artur Bernardes. Mesmo enquanto proclamava o desejo de se retirar da vida pública, Eptácio continuava a ditar os rumos do PRP, evidenciando a persistência de sua hegemonia política no estado.

Porém, de fato, a nomeação de Suassuna veio desgastar em certa medida a continuidade da política eptacista no governo estadual, já que, Suassuna foi indicado ao governo com forte apoio de Solon de Lucena, mas não era o nome preferido de Eptácio Pessoa. Só isso, já indicava uma fissura dentro do grupo político dominante e a falta de controle de Eptácio sobre o grupo, pois, Suassuna não era considerado um "homem de confiança" direta de Eptácio e, ao assumir o poder, passou a adotar uma postura mais autônoma em suas políticas.

Essa postura foi bastante prejudicial a manutenção do domínio eptacista, principalmente no sertão, pois, com a posse de Suassuna, houve um reposicionamento das forças políticas no interior do estado, gerando maior espaço para grupos até então marginalizados pelo domínio eptacista, os grupos chamados "dissidentes". Isso ameaçava o poder das oligarquias ligadas diretamente a Eptácio, especialmente nas regiões litorâneas e agrestes, onde sua influência era mais sólida o que contrariava diretamente o projeto eptacista de manutenção de influência pessoal sobre o governo estadual, mesmo após o fim de seu mandato presidencial.

É nesse contexto de acirradas disputas políticas, que em 1926 ocorreu a passagem da Coluna Prestes pela Paraíba. O movimento revolucionário, que pregava a derrubada das estruturas oligárquicas, encontrou alguma resistência na região, especialmente sob a administração de João Suassuna. Dessa forma, é certo dizer que o eptacismo, de fato, moldou a política paraibana, influenciando tanto as esferas de poder estadual quanto as alianças locais na década de 1920. A liderança de Eptácio Pessoa, marcada pela centralização e controle político, garantiu a preponderância de sua influência por boa parte da Primeira República, além de redefinir as relações de poder no estado, enfrentando e reprimindo dissidências, inclusive em Piancó.

2.2 A política no Piancó

A questão dos laços familiares na formação de grupos políticos e oligarquias é um tema fundamental para compreender essa dinâmica de poder que moldou a política paraibana no início do século XX, principalmente quando se trata de contextos mais locais.

Esse período histórico foi marcado por uma estrutura política que se organizava em torno de clãs familiares (grupos familiares), cuja influência passou as fronteiras municipais e provinciais/estaduais, inserindo-se de maneira relevante tanto no cenário estadual quanto nacional. Segundo a historiadora Linda Lewin.

Para os políticos da oligarquia estadual da Paraíba, o pertencer a uma parentela, uma família extensa, constituía a sua mais importante afiliação organizacional. (...) Também no plano nacional, ao proferirem seus ataques retóricos à oposição, os políticos se referiam de maneira direta às vinculações estreitas entre parentesco e política. (LEWIN, 1987, p.113)

Nesse sentido, a capital da Paraíba tornou-se palco de muitas relações e disputas políticas, fortemente influenciadas pela parentela dos "Pessoa", sob a liderança de Epitácio Pessoa, um dos mais influentes políticos de seu tempo. Sua atuação, de fato, foi essencial para consolidar o poder do Partido Republicano da Paraíba (PRP) na região, estabelecendo uma hegemonia que se estendeu por diversas áreas.

No entanto, no alto sertão paraibano, a situação política possuía características próprias e, em alguns casos, resistiu por mais tempo às tentativas de centralização epitacista. Um exemplo notável dessa resistência foi a cidade de Piancó, onde a família Leite detinha um grande controle sobre os assuntos políticos e econômicos do local.

A família Leite, estabelecida na região desde o século XVII, construiu um império agrário que serviu de base para sua predominância política. Eles eram conhecidos não apenas por sua vasta extensão de terras e cargos, mas também por sua capacidade de articular alianças estratégicas e mobilizar recursos em defesa de seus interesses, como destaca a historiadora Linda Lewin:

Os Leite, portanto, exemplificaram também uma outra parceria típica de conjuntos de irmãos homens, parceria em que arranjos de doutores e coronéis coordenavam os interesses de seu grupo familiar extenso em todos os três níveis de governo. (LEWIN, 1987, p.181)

Dessa forma, os membros da família Leite ocuparam cargos de destaque ao longo da história, demonstrando o tamanho de sua influência. Ainda no Segundo Império, João Leite Ferreira¹⁰, um dos principais representantes da família, destacava-se como chefe do Partido Liberal, consolidando o poder da família no sertão e assegurando posição no poder, em escala nacional. Sobre isso, a historiadora Linda Lewin ao enfatizar essa trajetória assevera que: “Os Leite foram dirigentes do Partido Liberal desde a sua fundação, no final da década de 1830, pelo coronel João Leite Ferreira” (LEWIN, 1987, p.180). A partir dessa base sólida de poder, a família Leite conseguiu assegurar uma posição dominante na política paraibana.

Estrategicamente e tradicionalmente, essa família sempre mantinha parte de seus representantes no partido liberal e parte no partido conservador, o que os garantiu passar por boa parte dos conflitos políticos do fim do século XIX e início do século XX sem ter grandes perdas na sua influência política geral, enfrentando poucos desafios sérios até a ascensão de Epitácio Pessoa e suas iniciativas centralizadoras.

O escritor Manuel Otaviano descreve bem a influência dessa família quando se refere a um principais líderes da família dos Leite com a seguinte afirmação: “Seu prestígio eleitoral tornou-se falado em tôda a Paraíba. Não havia um voto contra êle em Piancó.” (OTAVIANO, 1955, p.52).

Isso demonstra como a cidade de Piancó se tornou um reduto da oligarquia Leite. Os Leite não apenas mantinham o controle político, mas também exerciam uma influência que interferiu e controlou algumas instancias da vida das pessoas locais por muito tempo.

Para isso, a estreita associação entre política e parentesco era uma característica marcante e necessária dessa estrutura de poder. Como observou um chefe local do alto sertão em carta ao governador, a política era frequentemente referida como uma "política de família", evidenciando a profunda interconexão entre os interesses familiares e as disputas políticas (LEWIN, 1987, p.113). Sobre isto, o escritor Manoel Otaviano descreve com detalhes a genealogia e o prestígio da família Leite, ressaltando a ancestralidade dessa oligarquia: “A família Leite, cujo predomínio político e decantada abastança encadeiravam perto de duzentos anos no vasto e falado município, era a única força dominante da terra que, por muito tempo, foi conhecida como a Vila Velha de Santo Antônio de Piancó” (OTAVIANO, 1955, p.44-45).

¹⁰ João Leite Ferreira foi um influente político da Paraíba, membro da influente família Leite, que dominou a política e a economia de Piancó por gerações. Durante o Segundo Império, João Leite Ferreira destacou-se como chefe do Partido Liberal.

Ele narra como os Leite, descendentes de pioneiros enviados pelo governo da Bahia para colonizar o sertão, formaram uma verdadeira dinastia que consolidou seu poder por meio da posse de terras e da participação ativa na política regional. O comandante João Leite e seus descendentes, como o Dr. João Leite Ferreira¹¹ e o Dr. Felizardo Leite¹², perpetuaram esse legado, expandindo sua influência para além das fronteiras municipais.

Tendo isso em vista, um dos membros mais influentes da família Leite no Piancó foi, de fato, Felizardo Leite Ferreira, um político de grande prestígio tanto na esfera estadual quanto federal. Sua atuação destacava-se pela habilidade em estabelecer conexões estratégicas com outras oligarquias e pelo papel crucial que desempenhou na preservação dos interesses de sua família na política estadual. Felizardo Leite possuía uma visão privilegiada das questões políticas, tendo em vista seu cargo de deputado federal na capital da união, a partir do qual utilizava sua rede de influências para garantir que a família Leite continuasse a exercer um papel de protagonismo em Piancó e além. Antes dele, seu tio, o coronel Tiburtino Leite¹³, já havia sido uma figura central na liderança local, consolidando ainda mais o poder político da família.

No entanto, a consolidação do projeto epitacista representou uma ameaça crescente ao poder dos Leite na cidade de Piancó. Epitácio, com seu controle sobre o PRP e sua visão de uma Paraíba mais centralizada sob sua influência, via na família Leite um obstáculo significativo no alto sertão, tendo em vista que estes não demonstraram interesse de se alinhar com o projeto de Epitácio, pois, perderiam parte de sua autonomia no sertão.

Além disso, os Leite (especialmente Felizardo Leite) mantinham grande apreço pelos alvaristas e por Valfredo Leal¹⁴, o que faz sentido, considerando o histórico de apoio dessa família a esse grupo político específico e os ganhos mútuos de prestígio que tal aliança proporcionou ao longo dos anos. A relação entre os Leite e os alvaristas não se resumia a um apoio eleitoral momentâneo, mas se tratava de uma aliança duradoura, construída com base em interesses comuns, afinidades ideológicas e estratégias políticas que buscavam assegurar

¹¹ Foi um importante deputado e líder político em Piancó, sendo o terceiro com o nome “João Leite” na família, casado com a filha do Chefe do Partido Liberal, Comendador Felizardo Toscano de Brito, e sucedeu-o na liderança partidária após sua morte.

¹² foi um influente político e deputado federal, desempenhando um papel essencial na manutenção do poder da família Leite em Piancó como chefe local, estabeleceu conexões estratégicas com outras oligarquias e garantiu sua supremacia política na região apesar dos embates com outras lideranças.

¹³ Político local, aliado aos Leite, continuou a tradição política da família Leite no comando da região, mantendo a influência e prestígio no cenário político de Piancó, com forte atuação tanto na Assembleia quanto em cargos de governo.

¹⁴ Valfredo Leal foi um importante político paraibano da primeira metade do século XX, tinha grande apoio das oligarquias paraibanas e concorreu nas eleições de 1915 contra Epitácio Pessoa.

poder e influência sobre a região do alto sertão, durante todo o período de influência de Álvaro Machado na política paraibana

Felizardo, como figura central desse grupo familiar, demonstrava abertamente sua lealdade a Valfredo Leal e aos ideais alvaristas, reforçando essa ligação com discursos, alianças políticas locais e até mesmo no apoio financeiro a candidaturas ligadas ao grupo. Como bem observou o padre Manoel Otaviano em sua obra, essa ligação era tão evidente que se tornava difícil dissociar a trajetória política dos Leite na república do avanço alvarista na região.

Filiado ao partido que obedecia no Estado, à orientação, de Álvaro Machado e Valfredo Leal, conquistou dos dois eminentes chefes, prestígio absoluto e admiração geral, em todo o Estado. Deputado estadual em várias legislaturas, desde a Constituinte, fazendo sempre parte da Mesa, em lugares de projeção, foi deputado federal, conhecido como intransigente no seu apêgo ao partido que o elegeu. (OTAVIANO, 1955, p.52)

O autor descreve a confiança mútua existentes entre Felizardo e os líderes alvaristas, revelando que essa relação não apenas ajudou a manter o domínio político da família Leite no alto sertão do Piancó, mas também garantiu aos alvaristas uma base de sustentação valiosa e articulada no interior do estado. Assim, entende-se que o apoio da família Leite aos alvaristas não era apenas um movimento momentâneo, mas uma estratégia de longa duração, que assegurou a manutenção de privilégios, ao mesmo tempo em que os posicionou como agentes centrais na política do alto sertão das primeiras décadas do século XX. E, de fato, essa aliança era uma arma poderosa para o fortalecimento do grupo alvarista frente ao crescimento político do epitacismo.

Esse crescimento representava, em grande medida, uma manifestação do confronto entre as antigas oligarquias sertanejas (acostumadas com o mandonismo local) e as novas elites políticas que emergiam com o avanço do processo de modernização e centralização do Estado brasileiro, rumo ao fim da Primeira República. Entretanto, o enfrentamento político em Piancó veio a “pegar fogo” às vésperas das eleições de 1915, quando Epitácio Pessoa procurou uma aliança estratégica com figuras locais que pudessem enfraquecer o domínio dos

Leite. Uma dessas figuras era o padre Aristides Ferreira da Cruz¹⁵, um líder religioso respeitado e influente na região.

O padre mediu o tamanho do inimigo que ia enfrentar e as armas de que dispunha para o atacar. Corajoso, decidido, lançou-se ao campo da luta e desenvolveu sua propaganda contra a família Leite, nos povoados, nos Distritos, nas fazendas, nos jornais, na tribuna popular, em qualquer parte, como quem estava disposto a sacrificar a própria vida. (OTAVIANO, 1955, p.55)

Para Otaviano, Aristides, embora anteriormente amigo e compadre dos Leite, estava insatisfeito com o longo período de hegemonia da família, que ele e muitos locais acreditavam estar prejudicando o desenvolvimento e o bem estar da cidade e do seu povo. Ele vislumbrou uma oportunidade para desafiar o poder estabelecido e, com o apoio de Epitácio, começou a mobilizar seus próprios seguidores, criando um segundo centro de poder na cidade e rivalizando com os Leite. A aliança entre Epitácio Pessoa e o padre Aristides mostra como funcionavam as relações políticas na época. Para Epitácio, o apoio de Aristides era estratégico, pois ele possuía uma base de apoio significativa e poderia atrair aqueles que estavam insatisfeitos com a administração dos Leite.

Ao mesmo tempo, Aristides era uma figura carismática que combinava sua autoridade religiosa com uma capacidade política, bastante notável. Essa colaboração marcou o início de um período de intensas disputas políticas em Piancó, que alterariam o equilíbrio de poder na região.

2.3 O padre Aristides

Aristides Ferreira da Cruz nasceu no final do século XIX. Desde cedo, sua trajetória foi marcada pela influência familiar, que desempenhou papel central em sua vida, principalmente a de seus pais, que o incentivaram a ingressar no seminário ainda em sua juventude.

¹⁵ O Padre Aristides Ferreira da Cruz de Piancó teve uma trajetória importante para piancó. Além de seu papel como líder religioso, ele também se destacou na esfera política, ele ingressou no Partido Republicano da Paraíba e foi eleito deputado estadual com 12.000 votos, representando não só os interesses de Piancó, mas também servindo aos ideais e necessidades do Partido Republicano. Sua nomeação como chefe político de Piancó por Epitácio Pessoa foi um marco em sua carreira política, pois ampliou consideravelmente sua influência na região e foi crucial para consolidar sua posição como desafiante do domínio político da família dos Leite, que historicamente controlava os rumos políticos da área. Essa rivalidade política, enraizada em interesses divergentes e disputas pelo poder local, alterou o cenário político da região durante esse período.

A escolha pela vida religiosa refletia não apenas a devoção de seus pais, mas também os valores tradicionais da época, nos quais o sacerdócio era visto como um caminho de grande prestígio, contribuição social, acesso a educação e possibilidade de maior participação política.

Para os que o conheceram, diziam que ele era dotado de um temperamento manso e uma personalidade marcante, Aristides era reconhecido tanto por sua bondade quanto por sua determinação em debates e discussões. Segundo o escritor Manoel Otaviano, o padre era conhecido por vencer disputas oratórias "pelo cansaço" (OTAVIANO, 1955).

Isso demonstrava sua habilidade em argumentar e insistir em seus pontos de vista, mesmo em cenários adversos. Essa característica, que o acompanharia ao longo da vida, foi fundamental tanto para consolidar sua influência como sacerdote quanto para definir seu papel em disputas políticas posteriores, na cidade de Piancó.

No início do século XX, após sua ordenação, Aristides foi designado por Dom Adauto¹⁶, então arcebispo da Paraíba, para assumir a paróquia de Piancó, uma pequena cidade do alto sertão que enfrentava a carência de um sacerdote. Ao chegar à localidade, deparou-se com condições precárias: o altar da igreja principal era de madeira e apresentava sinais de grande desgaste. Apesar da decepção inicial, Aristides prontamente assumiu sua missão pastoral, encarando-a como parte de seu compromisso religioso e foi bem aceito pela comunidade.

Os seus paroquianos o julgaram, logo, um presente do céu. Era incansável ao atender as necessidades espirituais de três freguesias a seu cargo. Raro, ser encontrado em casa. No tempo de difícil locomoção, «de cavalos tardios e burrinhos lerdos, o padre, de há trinta anos passados, ao exercer o paroquiato nos rincões sertanejos, ao sol, à chuva, a vencer distâncias, pouco habitadas, dias de fome, noites mal dormidas, a lutar com a ignorância de gente, em parte, semi-bárbara, assemelha-se, em muito, aos primeiros (apóstolos que rasgaram as matas brasileiras, na ânsia sempre crescente de salvar almas (OTAVIANO, 1955, p.55)

A atuação de Aristides em Piancó foi marcada por um grande zelo pastoral, que lhe rendeu grande respeito e admiração. Além de celebrar missas e administrar os sacramentos, o padre dedicava-se a visitar os moradores das áreas rurais, muitas vezes percorrendo longas distâncias a cavalo para oferecer apoio espiritual a enfermos ou administrar a extrema-unção.

¹⁶ Dom Adauto foi um influente bispo da Igreja Católica, natural da Paraíba e primeiro bispo paraibano, ordenado sacerdote em 1880, ele se destacou como o primeiro bispo da Diocese da Paraíba, nomeado em 1894, e mais tarde como arcebispo, em 1914. Dom Adauto também se notabilizou por suas posturas conservadoras, condenando o liberalismo, o socialismo e a maçonaria, além de promover iniciativas educativas e sociais.

Esse esforço não apenas reforçava sua conexão com os mais necessitados, mas também solidificava sua imagem como um líder piedoso e dedicado na ajuda dos mais necessitados.

Com o tempo, Aristides conquistou não apenas o carinho da população mais humilde, mas também a simpatia de famílias influentes, como os Leite, que detinham o poder político e econômico de Piancó. Sua amizade com Felizardo Leite, chefe da família, era particularmente próxima, ao ponto de Aristides ser escolhido como padrinho de uma das filhas de Felizardo.

O padre Aristides, durante dez anos de seu paroquiato, viveu indiferente às injunções políticas de Piancó. Era grande amigo do Dr. Felizardo, tanto que este lhe deu a filha mais nova como afilhada de batismo. O padre fez presente de dez garotas de primeira qualidade à recém-nascida que lhe dera tamanha honra. (OTAVIANO, 1955, p.54)

Esse laço estreito descrito por Otaviano lhe garantiu proteção e inserção no círculo de poder local, o que, por um período, contribuiu para sua estabilidade como sacerdote na região do Piancó. Entretanto, o cenário político em Piancó era complicado e estava longe de ser pacífico. À medida que a hegemonia política da família Leite se consolidava, crescia também o descontentamento popular com os abusos de poder e a impunidade que beneficiava os aliados da oligarquia.

Relatos descritos por Otaviano apontam que crimes como roubo de gado e outros delitos cometidos por membros próximos aos Leite raramente eram investigados com rigor. Em situações em que os casos chegavam aos tribunais, as decisões judiciais eram frequentemente manipuladas para atender aos interesses da família dominante.

Um episódio emblemático relatado por Otaviano ilustra bem essa dinâmica: certa vez, um juiz que decidiu contrariar os Leite ao emitir um parecer desfavorável a eles foi boicotado por comerciantes locais, a mando de Felizardo, “não vender nenhuma caixa de fósforos” era a ordem, como descreve Otaviano:

Tudo o Dr. Felizardo fechava na mão. Ninguém discutia ordens suas. Entendeu de privar a venda de cachaça em todo o Município e os bêbados desertaram para outras terras. Desgostou-se com o juiz de Direito da comarca, Dr., Costa Filho, e ninguém se entendeu mais com ele. O comércio fechou-lhe as portas. Não lhe venderam mais carne, café, fósforo, sabão lenha, água, tudo que dependesse de gente de Piancó. Nem cumprimentos de bom dia ou boa tarde. O magistrado teve que abandonar a comarca, para não morrer a fome com a família. (OTAVIANO, 1955, p.53)

O isolamento econômico forçado obrigou o magistrado a deixar a cidade com sua família para não morrer fome. Esse caso exemplifica o poder coercitivo da oligarquia sobre a população e as instituições locais.

Nesse ambiente de crescente insatisfação, Aristides começou a emergir como uma figura de oposição ao tradicional mando dos Leite. Embora inicialmente tenha buscado diálogo com os Leite, na tentativa de mediar as tensões entre a elite e a população, sua postura tornou-se gradualmente mais crítica. Essa mudança marcou o rompimento de suas relações amistosas com a família dominante e o colocou em posição de confronto mais direto.

A nova postura de Aristides atraiu perseguições e tentativas de desmoralização por parte dos Leite e seus aliados. Entre as acusações levantadas contra ele estavam o roubo de animais, crime gravíssimo na cultura sertaneja da época, capaz de destruir a reputação de qualquer indivíduo. Costume ressaltado por José Américo de Almeida, ex-governador paraibano em sua entrevista para o livro “O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida”:

Sabe o que representa o cavalo? Quando eu era advogado, o júri absolvía quase todos os crimes de homicídio, mas ladrão de cavalos, não absolvía não. Os senhores de engenho compravam os jurados e sempre condenavam o ladrão de cavalos. Quando eu estava comandando as operações na guerra de Princesa, era o que eu mais recomendava: "Não furem cavalos." (CAMARGO, 1984, p.110)

Além disso, houveram rumores de envolvimento amoroso com uma jovem do coral da igreja de uma cidade vizinha. Este último boato chegou ao conhecimento do bispo, por intermédio de Felizardo Leite, resultando na suspensão de Aristides de suas funções sacerdotais, o que representou um golpe em sua carreira religiosa e o abalou pessoalmente. Apesar das dificuldades, Aristides continuou sua atuação política e em 1915 obteve uma vitória significativa ao ser eleito deputado estadual pelo apoio de Eptácio Pessoa, figura central da política nacional, com um total de 12.000 votos.

Essa aliança marcou um hiato na hegemonia política da família Leite em Piancó e consolidou Aristides como o chefe político local, dando-lhe poder semelhante ao que os Leite outrora possuíram, como descreve Otaviano: “Eptácio era o chefe, de fato, no Estado, e tudo faziam para sustentar o padre em Piancó. Tanto Eptácio como Venâncio guardavam fundos recalques, para não dizer ódio, contra os Leites em Piancó e os Dantas no Teixeira” (OTAVIANO, 1955, p.55). Contudo, a conquista veio acompanhada de novos riscos, pois o padre passou a ser alvo constante de ameaças e tentativas de assassinato de reputação. Porém,

além das ameaças retóricas, Aristides também temia pela sua vida. Nesse sentido, relatos registrados por Otaviano indicam que ele tomava precauções extremas, como evitar andar sozinho, recusar refeições oferecidas por estranhos, temendo envenenamento, e adotar pequenas escoltas em seus deslocamentos para o interior.

Assim, durante seu mandato como chefe político em Piancó, Aristides envolveu-se em uma disputa acirrada com seus antigos aliados. O confronto, que inicialmente parecia restrito à esfera local, rapidamente escalou, tornando-se um símbolo da força do epitacismo frente à antiga oligarquia local. Essas rivalidades, frequentemente alimentadas por interesses familiares e econômicos, levavam a conflitos intensos, nos quais a violência letal não era descartada como solução para impasses.

Foi nesse contexto de turbulência política que a Coluna Prestes passou pela Paraíba, fazendo seu caminho até Piancó. A cidade, envolvida em suas próprias disputas internas, foi percebida pelos revolucionários como um local de importância secundária, que ofereceria pouca ou nenhuma resistência e recursos.

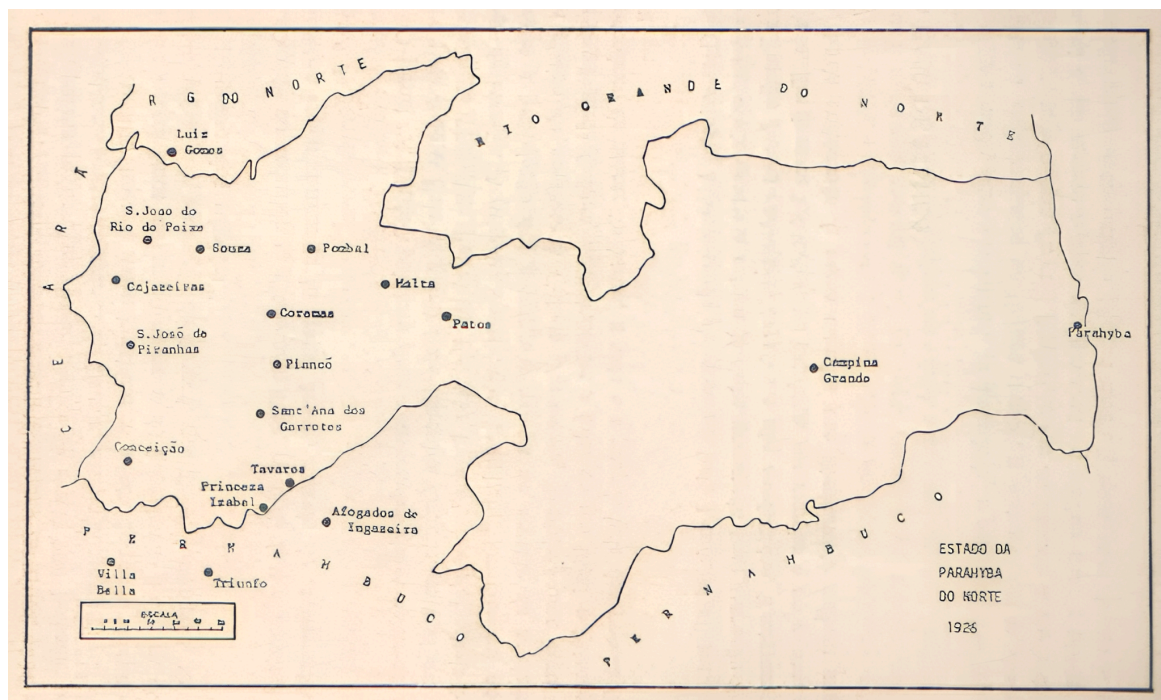
3. A COLUNA PRESTES - DA CIDADE DA PARAÍBA AO PIANCÓ

3.1 A conspiração na capital

Alcançaram os rebeldes o território paraibano, abaixo da villa de Luiz Gomes, Rio Grande do Norte, onde estiveram aquartelados três ou quatro dias, a cinco do mes findo (fevereiro), e gastaram nove dias para transpôr a fronteira com Pernambuco, taes foram os obstáculos que lhes opuzemos com as nossas guerrilhas. (FERREIRA, 1980, p.20)

Como diz a mensagem do presidente Suassuna, destacada pela historiadora Lúcia Guerra, ao ingressar na Paraíba, após passagem pelo Rio Grande do Norte, a Coluna Prestes traçou um plano inicial de rápida travessia pelo território estadual da Paraíba, com destino final a Pernambuco. A entrada ocorreu pela fronteira entre Luís Gomes (RN) e São José do Rio do Peixe (PB), marcando o início de uma campanha que enfrentaria dificuldades significativas no território paraibano, algumas cidades ofereceram certa resistência a passagem dos revoltosos, como Souza, Coremas, Piancó e entre outras, essas cidades estão destacadas no mapa abaixo:

Imagem 1: Mapa da Paraíba no ano de 1926.



Fonte: Mapa retirado da monografia “A Coluna Prestes e a Paraíba” da autora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira.

Apesar da intenção de uma passagem breve, a Coluna enfrentou uma oposição bem estruturada como revela o mapa acima, organizada pelo Presidente Estadual João Suassuna. Ele organizou um plano de defesa que mobilizava forças militares estaduais, coronéis influentes e cidadãos voluntários. Essa resistência dificultou os avanços do movimento, obrigando seus líderes a alterar o itinerário e a recorrer a estratégias mais defensivas.

Nesse sentido, João Suassuna desempenhou papel importante na mobilização contra a Coluna Prestes. Além de recrutar aproximadamente 400 dos 1.200 homens da Polícia Militar do estado, ele buscou apoio de coronéis influentes no interior, como José Pereira, Miguel Sátiro, Pedro Firmino, Duarte Dantas e Anacleto Suassuna. Nesse sentido, é certo dizer que a aliança entre o governo estadual e as elites locais foi crucial para a criação de focos de resistência ao longo da rota percorrida pelos revoltosos, como destaca Lúcia Guerra:

Desde o Ceará, a Coluna Prestes passou a sofrer perseguição mais acirrada, pois as forças legais se encontravam reforçadas com o apoio dos Coronéis, sendo que a partir da Paraíba a resistência da Coluna tornou-se muito mais difícil, pois, agora, além das tropas regulares uma série de “coronéis” do sertão nordestino empreenderam com suas tropas sertanejas a perseguição a Coluna. (FERREIRA, 1980, p.19)

Para além das forças estaduais, Suassuna obteve reforço de tropas federais enviadas pelo governo nacional e até mesmo de tropas organizadas pelo Padre Cícero¹⁷, figura de grande influência no Nordeste. Essa coalizão buscava dificultar a marcha da Coluna por meio de táticas de guerrilha, que eram utilizadas tanto pelos revoltosos quanto pelos defensores do estado.

A falta de familiaridade dos revoltosos com a geografia local tornava sua situação ainda mais delicada. A desvantagem tática foi agravada pela organização das tropas paraibanas, que empregaram técnicas de emboscada e ataques estratégicos para desgastar a Coluna. Além da resistência militar, o governo paraibano utilizou a propaganda como ferramenta para enfraquecer o apoio popular à Coluna Prestes. Publicações oficiais e discursos proferidos por lideranças estaduais retratavam os revoltosos como criminosos sanguinários, interessados apenas em saquear, destruir e desvirtuar os valores tradicionais do sertão.

Essa narrativa tinha o objetivo de gerar repulsa entre os sertanejos e fortalecer o sentimento de lealdade à ordem estabelecida o que teve bastante eficácia na propagação de uma visão negativa sobre a Coluna Prestes no imaginário dos paraibanos. Essa propaganda pode ser observada em um documento de convocação do governo estadual que se dirigia aos cidadãos paraibanos.

PARAHYBANOS! Os restos da revolução do Sul, destroços errantes de um odioso movimento contra a legalidade e contra a Patria, que têm sido escuraçados de Estado a Estado, approximam-se, desordenadamente, de nossas fronteiras. : Nessa insana e desastrada aventura, num evidente desespero de causa, elles já não simulam, sequer, o ideal de reivindicação politica com que antes, procuravam mascarar sua actividade revolucionária, já não tentam grangear as sympathias e a solidariedade dos brasileiros, como apoio de seus propositos mal disfarçados; ao contrario; ameaçam por toda parte, em repetidos assaltos, a honra, a vida e a propriedade das populações indefesas. (FERREIRA, 1980, p.38)

¹⁷ Padre Cícero Romão Batista exerceu uma profunda influência sobre milhares de sertanejos nordestinos que, movidos por sua liderança religiosa e política, integraram-se a movimentos de resistência em defesa da ordem legal estabelecida, especialmente em contextos de tensão como a passagem da Coluna Prestes pelo nordeste. Muitos dos homens que enfrentaram a Coluna (por vezes armados precariamente, mas com um forte sentimento de fé e devoção) eram romeiros que viam em Padre Cícero não apenas um guia espiritual, mas também um símbolo de proteção e autoridade moral na região. Seu prestígio era tamanho que alguns sertanejos acreditavam combater em nome de uma causa sagrada, o que elevava o conflito para além da dimensão política e o inseria numa lógica mítica de defesa do "sertão cristão" contra as hordas revolucionárias, uma ameaça vista, muitas vezes como ateia ou revolucionária demais. Essa mobilização de romeiros armados sob a inspiração do "Padim Ciço" foi presente, sobretudo, nos sertões do Ceará, Pernambuco e Paraíba.

Em momentos de maior necessidade, o governo estadual apelou para a convocação de civis aptos ao combate. O jornal A União, por exemplo, publicou um chamado à população para formar o “Batalhão Patriótico Epitácio Pessoa”, com a missão de defender Campina Grande, importante centro econômico do estado, contra uma possível invasão. Esse apelo demonstrava tanto a gravidade da situação quanto a incapacidade das forças regulares de conter, sozinhas, o avanço da Coluna.

CAMPINENSES: — É chegado o momento de manifestares O Vosso patriotismo. A avalanche revolucionaria que anarchizou o sul do País, banida pelos patrióticos filhos daquela região, rumou o Nórdeste e, roubando perturbando a paz dos lares dos nossos irmãos sertanejos, aproxima-se das fronteiras do nosso Estado. (FERREIRA, 1980, p.39)

Por meio dessa narrativa estratégica construída pela propaganda estatal, a Coluna Prestes passou a ser amplamente representada como um movimento desprovido de uma causa legítima ou, pior, como uma força que utilizava o disfarce de ideais justos para saquear, violentar e submeter a população humilde. Além disso, é certo pensar que algumas práticas comuns à Coluna Prestes como o roubo de cavalos, também impactou em como a população os enxergava, pois, como vimos na entrevista de Camargo (1984) com José Américo de Almeida, tanto o roubo de cavalos quanto de outros animais eram atos execráveis na cultura sertaneja da época. No entanto, estes eram atos muito praticado pela Coluna Prestes durante toda a sua marcha, como destaca a historiadora Anita Leocádia:

A experiência dos maragatos foi valiosa na organização das forças rebeldes. Adotou-se, por exemplo, o método gaúcho de arrebanhar animais, as “potreadas”: pequenos grupos de soldados se destacavam da tropa em busca não só de cavalos para a montaria e de gado para a alimentação (...) As potreadas consistiam num fator fundamental para desenvolver a iniciativa e o espírito de responsabilidade dos soldados. Nas palavras de Prestes, foram “os verdadeiros olhos da Coluna”. (PRESTES, 2006, p.23)

Essa representação ganhou ainda mais força nas regiões sertanejas, onde os habitantes já enfrentavam inúmeras outras mazelas, como a violência do cangaceirismo e os efeitos devastadores das secas para a agricultura e a subsistência em geral, problemas cronicamente negligenciados pelos governos federal e estadual, ou utilizados como moeda política.

Nesse cenário de vulnerabilidade, a Coluna Prestes foi incorporada ao imaginário popular como mais um flagelo a se abater sobre o povo sertanejo, percepção que se consolidou de forma marcante especialmente entre os habitantes do alto sertão paraibano.

No município de Piancó, principalmente, essa visão se enraizou com bastante intensidade, sobretudo após o violento confronto entre os integrantes da Coluna e as forças locais defensoras da legalidade, episódio que ficou registrado como um dos mais sangrentos enfrentamentos ocorridos durante a longa marcha dos revoltosos pelo interior do Brasil.

Assim como no restante do país, durante sua passagem pela Paraíba, a Coluna Prestes, estava dividida em quatro destacamentos principais, liderados por figuras como Cordeiro de Farias e Siqueira Campos, adotaram a estratégia de dispersão para lidar com os combates e preservar sua integridade. Ao se debater com as resistências da Paraíba, dois desses destacamentos seguiram o curso do Rio Piranhas e em seguida do Rio Piancó em direção à cidade de Piancó, onde encontrariam uma resistência organizada pelas forças locais e pelas elites da região. Está era a organização das forças revoltosas segundo a historiadora Lúcia Guerra:

- 1.º Destacamento — Cordeiro de Farias
- 2.º Destacamento — João Alberto
- 3.º Destacamento — Siqueira Campos
- 4.º Destacamento — Djalma Dutra
- Comandante — Miguel Costa
- Chefe do Estado-Maior — Luis Carlos Prestes. (FERREIRA, 1980, p.10)

Enquanto isso, na capital paraibana, João Suassuna monitorava uma conspiração revolucionária que visava derrubar o governo estadual. Esse plano, articulado por militares e civis simpáticos à causa da Coluna, pretendia aproveitar a passagem dos revoltosos pelo sertão para isolar a capital, tomar o controle do estado e depor Suassuna.

O movimento revolucionário na capital envolvia nomes como os tenentes Aristóteles de Souza Dantas e Lourival Seroa da Mota, o sargento Luiz Ramalho Siqueira e o bombeiro Francisco Pedro dos Santos, além de marinheiros do couraçado São Paulo. Hospedados na casa de um estudante do Liceu Paraibano, José Taumaturgo Borges, esses conspiradores planejavam uma ofensiva que combinaria ações militares com a disseminação de um manifesto assinado por Miguel Costa e Luís Carlos Prestes, resgatado por Lúcia Guerra:

Povo Parahybano! Aqui estamos em obediencia ás ordens do general Miguel e Cel. Carlos Prestes, chefes do grande exercito do Norte, cujo heroísmo e esplendidas victorias não nos são desconhecidos. Tranquilisai-vos: Só queremos a vossa paz e a Vossa felicidade.

Não somos bandoleiros, somos combatentes leaes e desinteressados de uma causa santa, de uma causa que resume as mais ardentes esperanças da nossa nacionalidade. Povo Parahybano! Contamos com o vosso decidido apoio ao movimento libertador que iniciamos neste estado, e esperamos quê as nossas determinações militares impostas pela guerra, sejam acceitas com sympathia.

Os vossos lares, as vossas famílias, os vossos haveres, serão respeitados religiosamente pelos soldados da Revolução, O invencível Exército Libertador aproxima-se das fronteiras da gloriosa terra parahybana, Preparemo-nos para abrir caminho á sua marcha triumphal.

Viva o povo parahybano!
Viva o marechal Izidoro Lopes!
Viva o dr. Assis Brasil!
Viva a Revolução Brasileira!

Parahyba, 5 de Fevereiro de 1926.

GENERAL MIGUEL COSTA
CORONEL CARLOS PRESTES
1.º TENENTE ARISTÓTELES SOUZA DANTAS,
Instrutor da Escola Militar
1.º TENENTE [L, SERÔA DA MOTTA, da
Escola de Aviação do Exército.
(FERREIRA, 1980, p.35-36)

Esse manifesto buscava atrair o apoio da população ao apresentar os objetivos da Coluna como legítimos e éticos. Para esse fim, o texto destaca a luta contra a corrupção e a defesa de valores como o respeito às famílias, propriedades e tradições, contestando a propaganda negativa do governo estadual que havia sido vinculada “em peso” contra a Coluna.

No entanto, João Suassuna já tinha conhecimento do plano e permitiu que ele se desenrolasse até o momento estratégico para uma repressão eficiente. Sob a liderança do delegado Severino Procópio, uma força de 46 policiais desarticulou o núcleo revolucionário na capital, prendendo os conspiradores e apreendendo armas e exemplares do manifesto.

Ainda assim, apesar da derrota do movimento revolucionário na capital, a Coluna continuou sua marcha pelo sertão paraibano, enfrentando resistência organizada em várias localidades e, no dia 9 de fevereiro de 1926, dois destacamentos chegaram à vila de Piancó, onde encontraram uma oposição inesperada.

3.2 Porque Aristides resistiu a passagem da Coluna Prestes?

Quando da passagem da Coluna Prestes pelo sertão paraibano, constitui-se como fato que o objetivo principal da Coluna ao transitar pela região era atravessá-la rapidamente, devido à intensa resistência das forças estaduais e dos chefes políticos locais.

Sendo assim, segundo a historiadora Lúcia Guerra, foi justamente essa resistência que forçou os revoltosos a desviarem seu curso original pela Paraíba, que, a princípio, pretendia

ser rápido, incluindo Piancó em seu itinerário, mesmo que a cidade não estivesse inicialmente nos planos.

Desde Luiz Gomes, o roteiro já se encontrava traçado. A coluna alcançaria Pernambuco obedecendo o seguinte itinerário: Luiz Gomes (RN), Souza, Cajazeiras, Piranhas, Conceição (PB) e Vila Bela (PE). Este roteiro demonstra, em parte, a pressa da Coluna em atravessar território paraibano, porém não pôde ser executado, devido à oposição de forças legais, dificultando a passagem, forçando a modificação das primeiras decisões. (FERREIRA, 1980, p.19)

É importante destacar, entretanto, que apesar de não pretenderem passar por Piancó em um primeiro momento, também não há evidências de que a Coluna procurasse evitar a cidade deliberadamente, pois, Piancó, aos olhos dos revolucionários, era apenas uma vila comum, sem expressiva adesão à causa revolucionária, mas também sem motivos aparentes para empreender uma resistência vigorosa à sua passagem, o que na verdade aconteceu.

Nesse contexto, torna-se essencial para entender o caso investigar os motivos que levaram Piancó a oferecer tamanha resistência, culminando em uma verdadeira chacina na cidade. Para isso, a figura central no esforço de compreender essa resistência é o padre Aristides Ferreira da Cruz, cuja trajetória política e conflituosa com a oligarquia local oferece pistas cruciais para entender os acontecimentos.

Como citado, Aristides enfrentou durante anos o domínio oligárquico da família Leite, que detinha o poder em Piancó, porém, em 1915, veio sua ascensão ao cargo de chefe político da região, que ocorreu com o apoio do então presidente da República, Epitácio Pessoa. Essa vitória representou a consolidação de um poder que lhe permitiu retaliar seus antigos adversários e estabelecer sua posição como líder político local. Entretanto, como ocorre frequentemente na política, esse poder dependia de alianças e favores para sua manutenção.

Assim, o padre precisava demonstrar lealdade a Epitácio Pessoa e ao governo federal, o que poderia resultar em maior prestígio e influência política. Nesse contexto, é certo afirmar que enfrentar a Coluna Prestes, que era considerada uma ameaça significativa ao governo, talvez tenha surgido como uma oportunidade política de conseguir reconhecimento e poder valioso para Aristides, como ressaltou Otaviano “Julgava êle com os amigos que, Piancó resistindo e batendo os rebeldes, prestaria grande serviço à ordem pública e o govêrno o compensaria, dando-lhe todo o prestígio exigido por êle.” (OTAVIANO, 1955, p.112). Porém, embora o enfrentamento tenha, de fato, lhe trazido reconhecimento, esse reconhecimento foi marcado por consequências negativas para ele.

Um ponto central para essa análise é que: Aristides tinha noção do verdadeiro poder da Coluna Prestes? É difícil responder de forma objetiva, a hipótese mais plausível é que ele subestimou o poderio bélico e estratégico dos revoltosos, pois, a Coluna Prestes possuía armamento de primeira linha, táticas militares avançadas e um número significativo de combatentes, recursos que superavam amplamente os de Aristides e seus aliados, porém, por qual motivo teria ele subestimado a Coluna?

Algo a ser levado em conta, nesse sentido, seria a comunicação precária da época, isso pode ter contribuído para esse erro de julgamento, pois, informações eram transmitidas via telégrafo ou por meio do boca a boca, o que frequentemente resultava em distorções. É possível que Aristides estivesse trabalhando com informações equivocadas sobre o tamanho, preparo e poder de fogo da Coluna. Outro fator que merece consideração são os relatos de que João Suassuna, então presidente do estado, teria incentivado Aristides a resistir à Coluna. Segundo relatos, Suassuna teria informado Aristides de que os revoltosos eram homens mal armados e pouco preparados, o que certamente ele sabia ser inverídico.

Essa ação pode ser interpretada como uma tentativa de eliminar um inimigo político dentro do Partido Republicano da Paraíba (PRP), já que Suassuna e Aristides tinham divergências ideológicas significativas dentro do partido. Sobre esses rumores, em entrevista, José Américo comentou:

— Essa resistência do padre Aristides contra a Coluna foi em função da posição de João Suassuna?

— Ele teve a impressão de que Suassuna recomendava a resistência. Muita gente percebeu que não podia resistir, porque a Coluna vinha dominando tudo. Onde não podia dominar, ia adiante. Mas ele teve a impressão de que Suassuna queria resistir, porque chegou a mobilizar José Pereira contra à Coluna. (CAMARGO, 1984, p.109)

Outrossim, uma possível motivação adicional para a resistência de Aristides pode ter sido o civismo. Sua gratidão a Epitácio Pessoa, sua devoção ao partido e o desejo de proteger a vila, tendo em vista os rumores sobre a suposta violência da Coluna (incluindo assassinatos e saques em vilas por onde passavam) podem ter sido determinantes. Embora muitos historiadores desconsiderem esse aspecto, pensamos que é relevante mencioná-lo, dada a inexistência de consenso sobre os reais motivos que levaram Aristides a tomar tal decisão.

Desse modo, é certo afirmar, somente, que Aristides resistiu à passagem da Coluna Prestes em Piancó, mesmo diante de forças militarmente superiores belicamente e estrategicamente. As razões para essa resistência permanecem um tema de debate, mas

elementos como interesses políticos, desinformação e convicções pessoais podem ter desempenhado papéis importantes nessa decisão.

3.3 A historiografia como espaço de disputa

É fato que a luta e o massacre decorrentes da passagem da Coluna Prestes por Piancó fazem parte de um episódio marcante na história da cidade e deixaram marcas profundas na memória coletiva da população local. Porém, esse acontecimento não apenas impactou diretamente os moradores da região, mas também repercutiu entre os integrantes da Coluna e entre aqueles que, ao longo do tempo, mostraram simpatia pelo movimento.

No decorrer da pesquisa, tornou-se claro que esse tema está longe de alcançar um consenso entre os historiadores, pois, as diferentes abordagens existentes na historiografia mostram que os acontecimentos em Piancó são interpretados a partir de diversas perspectivas, que muitas vezes conflitam entre si. Desse modo, essas divergências decorrem, em grande parte, do fato de que esse episódio histórico se tornou um verdadeiro campo de disputa simbólica, marcado por diversos interesses.

Assim, compreender a passagem da Coluna Prestes por Piancó exige mais do que uma simples reconstrução objetiva dos fatos, pois, se faz necessário, também, analisar criticamente os usos e sentidos atribuídos a esse evento ao longo do tempo, tanto pelas pessoas comuns quanto pelos historiadores.

Desde a década de 1920, diversos intelectuais têm se dedicado nos estudos sobre os acontecimentos relacionados à passagem da Coluna Prestes por Piancó, na tentativa de esclarecer os fatos e construir uma narrativa historicamente apurada. No entanto, até hoje não se chegou a um consenso sobre aspectos centrais do episódio, principalmente quando se trata de questões importantes, como: quem iniciou o confronto? Quem efetuou o primeiro disparo? Teria havido algum tipo de traição ou atitude desonrosa que contribuiu para o acirramento do combate e para as mortes brutais que se seguiram?

Esses questionamentos são constantemente retomados pelos estudiosos do tema, que interpretam os eventos a partir de diferentes fontes, contextos e posicionamentos, porém, a ausência de uma resposta definitiva reforça o caráter controverso do episódio e mostra as problemáticas em torno da construção desse fato histórico. Esse debate, portanto, atravessa gerações e continua acontecendo até os dias atuais, envolvendo intelectuais com visões

antagônicas, sempre moldadas por suas experiências pessoais, posições políticas e formas diversas de pertencimento social e regional.

No entanto, apesar de todas as questões já levantadas ao longo do tempo, há um questionamento importante que foi pouco explorado durante o tempo: quem se beneficia com a construção de determinadas narrativas sobre esse episódio? E mais: o que torna a historiografia sobre a passagem da Coluna Prestes em Piancó um campo de disputa tão intenso? Para tentar responder essas perguntas, buscamos analisar alguns dos principais autores que se dedicaram ao tema, observando não apenas suas interpretações, mas também os contextos em que estavam inseridos.

Entre as décadas de 1920 e 1950, destacam-se dois nomes centrais na produção historiográfica sobre o episódio: o padre Manoel Otaviano e o intelectual Lourenço Moreira Lima, o primeiro, era padre da cidade de Piancó na época do acontecimento e escreveu a obra “Os Mártires de Piancó”, livro em que narra os fatos sobre a passagem da Coluna Prestes na cidade, retratando os combatentes locais como heróis e mártires injustamente massacrados.

Já Lourenço Moreira Lima, que atuou como secretário da própria Coluna, publicou o livro “A Coluna Prestes: Marchas e Combates”, apresentando uma versão oposta, em defesa do movimento e de seus objetivos políticos.

Esses dois autores, que são contemporâneos aos acontecimentos e diretamente envolvidos nos contextos que narram, oferecem visões frontalmente antagônicas. Suas obras, portanto, não apenas registram interpretações distintas do mesmo evento, mas também evidenciam como a historiografia sobre o episódio é construída a partir de disputas políticas, afetivas e ideológicas, revelando os interesses implícitos das narrativas perpetradas. É a partir desses confrontos que se torna possível aprofundar nossa análise sobre o tema.

Além dos autores mencionados anteriormente, a partir da década de 1990 até os dias atuais, duas importantes historiadoras se destacaram na produção sobre a passagem da Coluna Prestes em Piancó: Rúbia Micheline Moreira Cavalcanti e Anita Leocádia Benário Prestes. Rúbia Cavalcanti é uma historiadora natural de Piancó, e autora da obra “A Coluna Prestes em Piancó: Caso Padre Aristides”.

Já Anita Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes e também historiadora, escreveu o livro “A Coluna Prestes”, no qual defende uma interpretação mais alinhada aos ideais revolucionários que nortearam o movimento na década de 1920, buscando preservar o legado político de seu pai e do movimento.

Dessa forma, entendemos que para compreender as disputas de memória em torno do episódio ocorrido em Piancó, torna-se fundamental a análise crítica das obras produzidas por esses diferentes autores, pois, a análise dessas narrativas permite perceber como elementos como o lugar de fala, o contexto histórico e as motivações ideológicas influenciam diretamente na construção da história de um fato.

Ora, é fato que a Coluna Prestes tornou-se, para muitos, um símbolo de resistência e de luta contra a injustiça social e a corrupção política que dominavam a República da época. Entretanto, para outros, como aqueles que vivenciaram o massacre e a destruição ocorridos em Piancó, a Coluna não passou de um movimento violento e contraditório em relação aos princípios que dizia defender.

No entanto, mais interessante do que tentar fazer um julgamento é observar como diferentes autores, a partir de contextos e motivações distintas, retrataram o mesmo fato de forma tão divergente. Essa diversidade de abordagens, sem dúvidas, revela a ausência de um consenso sobre o objeto analisado, assim como os usos políticos do fato ocorrido.

Dessa forma, essa grande quantidade de perspectivas pode ser facilmente percebida na forma como a Coluna Prestes é interpretada por diferentes autores. Por exemplo, para o jornalista e escritor Domingos Meirelles, simpatizante da Coluna Prestes, em sua obra “As Noites das Grandes Fogueiras”, a Coluna Prestes foi uma verdadeira epopeia. Segundo ele: “Uma epopeia de 36 mil quilômetros.” (MEIRELLES, 1995, p.19)

Ao longo de sua obra, Meirelles aprofunda sua visão da Coluna como um movimento heroico e idealista, afirmando que:

Há muito me emocionava a história pungente daqueles jovens oficiais do Exército e da Força Pública de São Paulo que se deixaram conduzir pelo sonho de transformar o Brasil numa grande nação. Dignos, probos e obstinados — em sua maioria recém-saídos da Escola Militar —, os rebeldes tinham o talhe de caráter dos homens de bem do seu tempo: arraigado sentimento de respeito para com o semelhante e a capacidade de indignar-se e revoltar-se, como cidadãos, contra o arbítrio, o nepotismo e a corrupção que devastavam o país. (MEIRELLES, 1995, p.19)

Essa abordagem é bastante romantizada, destacando o idealismo dos participantes da Coluna e ignorando as críticas e as violências perpetradas em nome de seus ideais.

No entanto, essa romantização não é exclusividade de Meirelles, o próprio Lourenço Moreira Lima, participante ativo do movimento da Coluna como secretário de campanha e autor do livro “A Coluna Prestes: Marchas e Combates”, adota um tom semelhante ao descrever o início do movimento.

Sobre o início dos combates, ele escreve de maneira mórbidamente poética: "Adormeci tranquilamente, ouvindo, ao longe, o crepitar da fuzilaria que povoava de sons sibilantes o silêncio daquela primeira noite de combate." (LIMA, 1979, p.34)

Já os autores ligados à região de Piancó, que vivenciaram e coletaram os relatos locais, apresentam uma visão curiosamente distinta. Um exemplo disso é o padre Manoel Otaviano, escritor, político e membro da Academia Paraibana de Letras, que em sua obra "Os Mártires de Piancó" critica severamente a narrativa de Moreira Lima.

Sobre a descrição dos combates em Piancó, Otaviano escreve: "Como se vê, aqui, o Dr. Moreira passa por alto na exposição do sangrento episódio. Oculta a atrocidade de que se revestiu a chacina. (...) Cena revoltante que põe por terra todo o ideal que se diziam possuidores." (OTAVIANO, 1955, p.119)

Para Otaviano, Moreira Lima não apenas omite, mas também distorce informações, visando exaltar os feitos dos membros da Coluna e minimizar as brutalidades cometidas. Em outro trecho, ele destaca:

O Dr. Moreira foi parcialíssimo ao narrar a destruição de vidas e bens que a Coluna Prestes causou a Piancó. (...) É preciso restabelecer a verdade, tal qual a narrativa dos combatentes que escaparam e os que conhecem todo o desenrolar dos acontecimentos. (OTAVIANO, 1955, p.120-121)

Essas discrepâncias evidenciam a falta de consenso em relação ao ocorrido e ao que representou Coluna Prestes para essas pessoas. Enquanto alguns autores exaltam seus integrantes como heróis movidos por ideais nobres, outros expõem a violência, os saques e as mortes, especialmente no episódio de Piancó, como evidências de que esses ideais foram contraditos na prática.

3.4 A bandeira branca

Quando se trata do combate ocorrido em Piancó, é possível observar uma série de elementos narrativos que são constantemente utilizados para atribuir ou isentar responsabilidades, principalmente, pelas mortes brutais que marcaram o combate na cidade. Entre vários desses elementos, vamos destacar um, para exemplificar essas narrativas: o polêmico episódio da bandeira branca, um ponto central nas disputas pela construção da narrativa histórica em torno da passagem da Coluna Prestes em Piancó.

Isso se deu quando, de acordo com algumas versões, durante os confrontos entre os combatentes da Coluna Prestes e os defensores locais, uma bandeira branca teria sido hasteada pelos resistentes, sinalizando uma suposta rendição, ao perceber o gesto, os integrantes da Coluna teriam se aproximado do local, acreditando no fim da resistência.

No entanto, ao se aproximarem da última posição defensiva, a residência do padre Aristides, teriam sido surpreendidos por uma emboscada, resultando na intensificação do conflito e no motivo das mortes tão violentas, realizadas por vingança. O que torna esse episódio particularmente relevante para a análise historiográfica é o fato de que, no mínimo, quatro versões distintas circulam sobre esse momento específico, em todas as obras dos historiadores que falaram sobre esse tema.

O fato é que cada uma dessas narrativas tende a se alinhar com a perspectiva ideológica ou afetiva de seus autores, revelando como a construção da narrativa histórica é moldada de acordo com posicionamentos políticos e identitários de cada um que escreve a história. Assim, o caso da bandeira branca funciona, aqui, como uma chave de leitura para entender essas tensões que perpassam a construção das narrativas sobre o combate em Piancó e a forma como determinados símbolos e ações são ressignificados ao longo do tempo por aqueles que narram a história.

O padre Manoel Otaviano, em sua obra já mencionada, traz uma interpretação sobre o episódio da bandeira branca, buscando isentar os combatentes locais de qualquer acusação de traição e desonra. Segundo ele, a bandeira não teria sido hasteada como uma estratégia dos legalistas para atrair os membros da Coluna Prestes a uma emboscada, mas sim por um civil não envolvido diretamente nos combates.

De acordo com ele, quando criticava a fala de Moreira de Lima, Otaviano diz que Manoel Cândido, chefe da Mesa de Rendas Estadual e residente da cidade, teria hasteado a bandeira como forma de sinalizar sua neutralidade e proteger sua família da violência que se desenrolava nas ruas de Piancó.

Também, nesse ponto, não foi feliz o escritor rebelde. A bandeira fôra hasteada por Manoel Cândido, chefe da Mesa de Rendas Estadual, que foi prêso, conduzido para a cadeia, e ali, depois da chacina, foi interrogado e contou a sua história. Nada tinha que ver com a luta e nem tomara parte no tiroteio. (OTAVIANO, 1955, p.117)

Essa versão dos fatos, no entanto, não pode ser compreendida de maneira neutra e isolada, pois, como destacado, é necessário considerar o lugar de fala e o contexto político e social de seu autor, já que, Manoel Otaviano, além de sacerdote, foi também figura de

destaque na vida política da Paraíba, tendo exercido o cargo de deputado estadual com o apoio de Epitácio Pessoa.

Sua atuação pública o colocou como uma das principais vozes na defesa da memória da cidade de Piancó, especialmente no tocante à construção simbólica de um martírio em torno do padre Aristides e dos que combateram contra a Coluna. Nesse sentido, é importante notar que tenha sido ele a liderar a iniciativa de erguer o “Monumento aos Mártires de Piancó” uma construção de grande impacto na memória coletiva local, voltado a exaltar os que foram mortos no episódio e resguardar a memória dos defensores da legalidade.

Dessa forma, diante da ascensão política de Manoel Otaviano, torna-se compreensível que ele se empenhasse em construir e defender a imagem dos chamados “mártires de Piancó” como heróis de uma resistência para a legalidade, pois, essa narrativa servia para reforçar o discurso de legalidade e ordem defendido pelas elites políticas paraibanas da época, especialmente aquelas alinhadas ao epitacismo. Dessa forma, a figura dos combatentes locais como defensores da cidade, vítimas de uma agressão externa e injustificada, colaborava para a legitimação do poder oligárquico então vigente.

Além disso, é importante considerar que Otaviano era, antes de tudo, um homem da região e de seu tempo, profundamente envolvido com a história e a memória do Vale do Piancó. Reconhecido inclusive pelas obras que escreveu sobre as cidades locais, como Conceição e Ibiara, assim, é natural que assumisse uma posição em defesa daqueles que, aos seus olhos, lutaram para proteger sua terra natal, ainda que essas ações estivessem associadas a interesses políticos específicos.

Cabe destacar, entretanto, que o objetivo desta análise não é deslegitimar ou desacreditar as interpretações apresentadas por Otaviano ou por qualquer outro autor mencionado ao longo deste trabalho. Tendo em vista a ausência de provas definitivas que esclareçam de forma irrefutável os acontecimentos, buscamos aqui apenas refletir criticamente sobre os posicionamentos adotados por cada autor e os possíveis interesses, experiências e contextos que influenciaram suas produções. Assim, nossa intenção é contribuir para uma compreensão mais ampla das disputas historiográficas que envolvem o episódio da passagem da Coluna Prestes por Piancó.

Isto posto, ao analisarmos a obra de Lourenço Moreira Lima, percebemos que sua abordagem sobre o episódio de Piancó difere significativamente da apresentada por Manoel Otaviano, pois, ao tratar dos acontecimentos ocorridos na cidade de Piancó, Lima dedica

apenas breves menções ao episódio, omitindo detalhes sobre as mortes violentas e sobre o massacre denunciado por autores que representam a perspectiva local.

Em sua narrativa, as mortes são justificadas como uma reação à traição dos defensores de Piancó, que, segundo ele, teriam se rendido sob uma bandeira branca apenas para surpreender os membros da Coluna com um ataque traiçoeiro, como ele ressalta em sua obra:

Em dado momento, de uma das casas ocupadas pelo inimigo, hastearam uma bandeira branca, tendo arrefecido o fogo de nossa parte. Muitos adversários aproveitaram essa oportunidade para fugir. (...) Os nossos avançaram confiadamente, sendo alvejados da casa onde estava o padre Aristides (LIMA, 1979, p.34)

Esse trecho revela como Lourenço Moreira constrói uma narrativa que busca preservar a imagem da Coluna Prestes, isentando seus membros de uma ação brutal e atribuindo a responsabilidade pelos acontecimentos trágicos aos próprios defensores de Piancó. Considerando que o autor foi secretário da Coluna, tendo acompanhado o grupo desde sua saída do sul do país até o encerramento da marcha, é compreensível que sua obra “A Coluna Prestes: Marchas e Combates” tenha sido elaborada com o intuito de registrar os feitos do movimento sob uma perspectiva favorável aos revoltosos e aos seus interesses.

Ainda, sua proximidade com os líderes da Coluna e seu engajamento político com a causa revolucionária inevitavelmente influenciam sua interpretação dos fatos, assim, ao minimizar o massacre e atribuir a culpa aos adversários, Moreira Lima contribui para a construção de uma narrativa em defesa da Coluna Prestes, mostrando mais uma vez como as disputas de memória em torno do caso de Piancó refletem os posicionamentos ideológicos e as experiências individuais de cada autor.

Sendo assim, considerando que o objetivo da causa revolucionária dependia, em grande parte, do respaldo popular, torna-se compreensível que Lourenço Moreira Lima tenha optado por minimizar ou omitir os detalhes mais violentos relacionados ao episódio de Piancó.

Em vez de falar das mortes brutais e as degolas ocorridas ao final do combate em Piancó, quando os combatentes legalistas já estavam rendidos, o autor se limita, nesse sentido, a citar brevemente o ocorrido, utilizando o episódio da bandeira branca como justificativa para a reação da Coluna. Essa estratégia narrativa serve para preservar a imagem dos revoltosos como vítimas de uma emboscada, legitimando, assim, a resposta violenta como um ato de defesa.

Mais uma vez, é importante ressaltar que essa crítica não busca invalidar por completo o argumento apresentado por Moreira Lima, pois, como mencionado anteriormente, a ausência de provas conclusivas impede que se estabeleça uma verdade objetiva sobre o ocorrido.

No entanto, o que se evidencia com clareza é que cada versão sobre os acontecimentos de Piancó está curiosamente alinhada com os interesses e objetivos políticos, pessoais ou ideológicos de seus respectivos autores e a forma como os fatos são narrados revela tanto do contexto de produção das obras quanto do lugar de fala de quem as escreveu. Dessa forma, percebemos que a disputa em torno da narrativa desse episódio já era muito polarizada desde os primeiros relatos, mas, vale se questionar: essa tensão teria diminuído com o tempo? Pelo que foi possível observar ao longo desta pesquisa, a resposta é negativa.

As controvérsias continuam, e muitos dos argumentos utilizados no passado continuam sendo reproduzidos, com pequenas adaptações, por autoras mais recentes, como é o caso de Anita Leocádia Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes.

Na obra de Anita Leocádia Prestes, o episódio de Piancó é abordado de maneira alinhada à versão apresentada por Lourenço Moreira Lima décadas antes, a autora reafirma a tese de que os legalistas teriam terminado o confronto de forma traiçoeira, ao levantarem uma bandeira branca e, em seguida, atacarem covardemente os integrantes da Coluna que se aproximavam em sinal de trégua.

Essa leitura, como foi colocado, foi originalmente defendida por Moreira de Lima, secretário da Coluna Prestes e figura próxima dos líderes do movimento, ainda no início do século XX. Assim, o fato de Anita retomar e reforçar esse mesmo argumento, quase meio século depois, evidencia como as interpretações sobre o caso de Piancó seguem sendo reproduzidas e moldadas conforme a posição ideológica e os compromissos políticos de cada autor.

No caso específico de Anita Leocádia, filha de Luiz Carlos Prestes, é possível observar uma postura claramente favorável à narrativa construída pelos membros da Coluna, pois, a autora toma como fontes confiáveis os relatos dos próprios revolucionários, especialmente os registros de Moreira Lima, sem apresentar questionamentos ou críticas relevantes aos possíveis erros e omissões dessas fontes.

Vê-se, portanto, que em Piancó houve uma explosão espontânea de ódio, provocado por uma vil traição — o hasteamento da bandeira branca e, ao mesmo tempo, o

ataque aos rebeldes —, que levava à morte de um companheiro querido e estimado por todos. (PRESTES, 1991, p.249)

Em contrapartida, ela adota uma postura bastante crítica em relação às versões locais, especialmente àquelas defendidas por autores da cidade de Piancó, como o padre Manoel Otaviano, este que, como já discutido, construiu uma narrativa em defesa dos combatentes locais e denunciou o massacre praticado pelos membros da Coluna.

Isso reforça um padrão entre os autores que estudam sobre os combates em Piancó: a apropriação de acontecimentos que não podem ser comprovados de forma definitiva para sustentar narrativas ideológicas. Esses eventos, marcados pela ausência de provas cabais, acabam sendo tratados como verdades inquestionáveis, moldadas de acordo com os interesses e posicionamentos políticos de quem escreve.

Isso pode ser observado tanto nas obras do padre Manoel Otaviano, defensor da versão local dos fatos, quanto nos relatos de Lourenço Moreira Lima e de outros autores simpáticos à Coluna Prestes, como Anita Leocádia. Fato é que em ambos os casos, elementos como o episódio da bandeira branca são utilizados como justificativas morais para legitimar posturas e responsabilizar os adversários.

Nesse contexto, a historiadora Rúbia Cavalcanti, natural da região de Piancó, ao tratar especificamente do caso da bandeira branca, ressalta a complexidade que envolve o episódio, levando em conta a quantidade de interpretações e de informações diferentes e chama atenção para a fragilidade das fontes disponíveis, no entanto, ela critica as afirmações de Anita Leocádia, retornando aos relatos do padre Manoel Otaviano como uma fonte mais confiável.

Por mais que se tente exaurir as interpretações acerca da passagem da Coluna Prestes em Piancó, não conseguirá o analista e estudioso do tema, tamanha é a quantidade de informações e interpretações que as fontes registram.

O mais recente é a tese do Doutorado de Anita Leocádia, onde ela menciona o caso de Piancó, fazendo alusão aos acontecimentos em Piancó. Anita Leocádia justifica a ação dos integrantes da coluna naquele lugar em consequência do hasteamento de uma bandeira branca que teria servido para induzir o primeiro piquete a entrar na vila a acreditar que seriam bem recebidos na vila, o que não ocorreu, pois já na entrada da vila teriam sido recebidos a bala caindo morto o sargento Laudelino Pereira da Silva, oficial muito estimado pelos companheiros. (CAVALCANTI, 2004, p.130)

Essa fala segue na mesma linha das já discutidas, pois o posicionamento da historiadora quanto ao fato em questão é diretamente ligado ao seu espaço social e seu lugar de fala. Assim, ressaltamos como a posição assumida por Rúbia Cavalcanti, ao longo de sua

obra, contesta diretamente as afirmações de Anita Leocádia e evidencia o episódio de Piancó como um campo de intensas disputas e de construção da narrativa histórica.

Dessa forma, apontamos, que muitas das versões amplamente difundidas sobre o combate se sustentam em eventos pouco documentados ou desprovidos de comprovação objetiva. Isso mostra não apenas as limitações das fontes disponíveis, mas também a forma como determinados autores moldam as informações do passado para justificar posicionamentos políticos ou morais, organizando os acontecimentos conforme seus objetivos.

Assim buscamos alertar para a necessidade de um esforço mais rigoroso, crítico e metodologicamente consciente por parte dos historiadores, a fim de compreender melhor os fatos ocorridos durante a passagem da Coluna Prestes por Piancó, um episódio que ainda é marcado por muitos silêncios, disputas de narrativa e lacunas.

Sendo assim, e levando em conta as polêmicas opiniões contraditórias, a brutalidade envolvida na luta e o saque da cidade, é certo dizer que a memória do combate em Piancó superou as páginas dos livros e se enraizou profundamente no imaginário popular local, pois, o impacto causado pela luta com a Coluna e a morte do padre Aristides foi tamanho que marcou a cidade e as pessoas de forma significativa. A historiadora Inês Rodrigues descreve bem o impacto imediato do combate na cidade:

O clímax dos distúrbios ocasionados pela presença dos revolucionários ocorreu em Piancó. Segundo um registro oficial, a cidade sofreu, além do trucidamento dos legalistas, o arrombamento de todas as casas comerciais e particulares, perfuração e esvaziamento do único depósito de gasolina existente na cidade, destruição e incêndio do Paço Municipal, da Agência de Correios, da Mesa de Renda e das casas particulares das autoridades locais, dentre elas, a do tabelião, a do juiz e a do coletor. (RODRIGUES, 1989, p.253-254)

Essa devastação, combinada com a brutalidade das execuções, tornou o episódio uma ferida aberta na história da cidade. Com isso, jornais de renome, como “A União”, divulgaram amplamente os horrores vividos em Piancó, levando a notícia à Paraíba e a outras regiões do Brasil.

Dessa forma, compreendemos que a passagem da Coluna Prestes por Piancó e a morte do Padre Aristides representam um episódio ainda pouco explorado pela historiografia, e, quando abordado, ocorre de perspectivas bastante parciais, muitas vezes desprovidas da criticidade necessária ao trabalho do tema. Nesse sentido, entendemos este estudo não como

um ponto de chegada, mas como um ensaio preliminar, um passo inicial rumo a uma investigação mais aprofundada.

Ressaltamos pois, que esses questionamentos aqui levantados apontam para a necessidade de uma pesquisa mais densa e sistemática, que vá além da análise documental e da historiografia tradicional, incorporando também os relatos orais e as expressões da cultura popular sobre o tema que estão presentes em abundância entre os piancoenses.

Isso porque um dos aspectos mais relevantes desse episódio é justamente sua permanência na memória coletiva da população de Piancó, algo que ainda não foi tratado pela historiografia, pois, mesmo após quase um século, a tragédia ainda ressoa entre os moradores, alimentando debates, narrativas e interpretações que se transmitem de geração em geração.

Tal permanência revela não apenas a força simbólica desse evento, mas também sua importância na construção da identidade local, tornando-se imprescindível para qualquer tentativa de compreensão histórica mais profunda sobre os impactos da passagem Coluna Prestes e a morte do padre Aristides na cidade de Piancó.

Sendo assim, entendemos que o imaginário popular construído pelos habitantes de Piancó em torno da passagem da Coluna Prestes na cidade é um elemento central para a compreensão de como esse episódio foi incorporado à memória coletiva local e como influencia a cultura popular dos piancoenses até os dias de hoje.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nessa reflexão sobre a memória e o imaginário dos piancoenses quando se trata da morte do padre Aristides e a passagem da Coluna Prestes na cidade, foi desenvolvido um questionário com algumas perguntas norteadoras cuidadosamente formuladas para orientar algumas entrevistas com moradores da cidade, no intuito de entender como se apresenta esse imaginário e quais as suas permanências, apagamentos e ressignificações.

Nisso, importa destacar que, parte dessas entrevista já foram realizadas e algumas ainda estão por ser feitas, a ideia é que essa pesquisa aliada a outros métodos de investigação histórica possa nos revelar questões importantes desse imaginário e dessas memórias coletivas compartilhadas pelos moradores de Piancó. Nessas entrevistas, para garantir uma representação ampla e plural da comunidade, estamos procurando entrevistar pessoas de diferentes faixas etárias, gêneros e níveis de escolaridade. Além disso, as entrevistas estão

sendo conduzidas de forma semiaberta e guiada, com perguntas elaboradas previamente para estimular os entrevistados a compartilharem suas experiências, memórias coletivas e pontos de vista sobre esse momento marcante da história de Piancó.

Cabes destacar que o objetivo desse ensaio foi apresentar a discussão historiográfica sobre a Coluna Prestes na Paraíba e que, para continuidade da nossa pesquisa, as entrevistas citadas se apresentam como perspectivas futuras de aprofundamentos e discussão.

Isto posto, por meio desse processo metodológico, estamos buscando revelar uma compreensão mais aprofundada da influência deixada pela passagem da Coluna Prestes em Piancó, bem como do seu impacto no imaginário e, consequentemente, na identidade da comunidade local.

Sendo assim, a partir da pesquisa realizada, dos autores analisados e das questões levantadas, constatamos que a passagem da Coluna Prestes por Piancó constitui um tema riquíssimo em fontes e possibilidades de investigação, ainda longe de ser esgotado. Trata-se de um acontecimento interessante, que permite compreender diversas dinâmicas políticas, sociais e culturais do Brasil e da Paraíba na década de 1920.

Nesse contexto, foi possível compreender o surgimento da Coluna Prestes, bem como sua influência ao longo da marcha pelo território nacional, além das controvérsias e reflexões em torno da figura de Carlos Prestes e de outros membros proeminentes do movimento, um tema que permanece central para a compreensão das características políticas do período.

Ainda, a análise da política paraibana do início do século XX revelou-se, também, elemento fundamental para o entendimento da passagem da Coluna Prestes pela região, assim como para a ascensão do padre Aristides como liderança política de destaque em Piancó, mostrando a complexidade e a riqueza de possibilidades em pesquisa desse recorte histórico.

Essa reflexão nos leva a considerar como, frequentemente, a história paraibana, assim como outras histórias locais e regionais é relegada a um plano secundário em relação à chamada história oficial, majoritariamente centrada nos acontecimentos das regiões Sul e Sudeste do país. Essa centralização acaba por invisibilizar ou minimizar o protagonismo político e cultural de personagens nordestinos, que desempenharam papéis significativos na construção da história brasileira.

Nesse contexto, o padre Aristides se mostra como uma figura central para a compreensão do imaginário popular piancoense em torno da passagem da Coluna Prestes. Ainda, seu protagonismo vai além do confronto com os revoltosos, pois, trata-se de um agente

histórico complexo, que se consolidou, para o bem ou para o mal, como uma das principais lideranças políticas e religiosas da cidade de Piancó, figura tão importante que permanece viva no imaginário popular de seus habitantes. Assim, para posterior desenvolvimento, o estudo desse imaginário popular revela-se uma forma muito interessante para a compreensão das muitas camadas de sentido atribuídas a esse episódio histórico em Piancó, pois, ao pesquisar relatos orais e percepções populares, está sendo possível abordar aspectos da passagem da Coluna Prestes em Piancó que escapam às fontes documentais tradicionais, permitindo, portanto, uma leitura mais ampla dessa história paraibana.

Entendemos ainda, com o desenrolar desse ensaio, que mesmo com a amplitude das reflexões apresentadas aqui, o que se fez com essa pesquisa foi apenas arranhar a superfície de um tema vasto e ainda pouco explorado, desejamos, com isso, contribuir com mais uma produção sobre esse tema que é ainda tão pouco trabalhado, afim de abrir caminho para que outras pesquisas surjam e explorem ainda mais esse e outros temas da nossa história paraibana, temas que por muitas vezes são relegados ao esquecimento.

Esperamos, portanto, que esse ensaio possa contribuir não apenas para enriquecer os debates na historiografia paraibana, mas também para fomentar uma maior valorização do patrimônio material e imaterial da cultura de Piancó. Afinal, isto, mais do que um debate acadêmico, trata-se de uma causa concreta: a necessidade urgente de preservar memórias, narrativas e patrimônios que pertencem à história da Paraíba e do Brasil.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Aspásia et al. O Nordeste e a político: diálogo com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CAVALCANTI, Rúbia Micheline Moreira. A Coluna Prestes em Piancó: Caso Padre Aristides. 2. ed. [Piancó, Paraíba, Brazil]: Prefeitura Municipal de Piancó, Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

SOUZA, Rafael Policeno. A Coluna Prestes: uma abordagem necessária. Revista Historiador, n. 3, 2010.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. A Coluna Prestes e a Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 1990.

LEWIN, Linda. POLÍTICA E PARENTELA NA PARAÍBA: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.

LIMA, Lourenço Moreira. A Coluna Prestes: Marchas e Combates. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MEIRELLES, Domingos. As noites das grandes fogueiras: Uma história da Coluna Prestes. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1995.

OTAVIANO, Manuel. OS MÁRTIRES DE PIANCÓ. João Pessoa: TEONE S. A. 1955.
PRESTES, Anita Leocádia. A Coluna Prestes. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PRESTES, Anita Leocádia. Luiz Carlos Prestes, patriota, revolucionário, comunista. Editora Expressão Popular, 2006.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. A GANGORRA DO PODER (PARAÍBA - 1889/1930). João Pessoa: editora universitária, 1989.